Alupar Investimento S.A.
(Companhia aberta)

Demonstrações contábeis
em 31 de dezembro de 2008 e 2007

KPMG

Alupar Investimento S.A.

(Companhia aberta)

Demonstrações contábeis

em 31 de dezembro de 2008 e 2007

Conteúdo

Relatório da Administração 3 - 13

Parecer dos auditores independentes 14 - 15

Balanços patrimoniais 16

Demonstrações de resultados 17

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido 18

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto 19

Demonstração do valor adicionado 20

Balanço social consolidado (não auditado) 21

Notas explicativas às demonstrações contábeis 22 - 68

Relatório da Administração

Aos Acionistas

A Administração da Alupar Investimento S.A., em atendimento às disposições legais e estatutárias pertinentes, apresenta o relatório da administração e as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2008, acompanhada do parecer dos auditores independentes e, adicionalmente às demonstrações contábeis, apresenta o balanço social, que constitui-se de informações contábeis e financeiras não auditadas que servem para apresentar a participação da Companhia na geração de riqueza e a sua forma de distribuição, bem como, evidenciar o perfil de sua força de trabalho. Toda a documentação relativa às contas ora apresentadas está a disposição dos senhores acionistas, a quem a Diretoria terá o prazer de prestar os esclarecimentos adicionais necessários.

A Companhia

A Alupar Investimento S.A., "Companhia ou Alupar", constituída em 27 de setembro de 2006, tem por objeto a participação em outras sociedades atuantes nos setores de energia e infra-estrutura, no Brasil ou no exterior, como acionista ou quotista; a geração, transformação, transporte, a distribuição e o comércio de energia em qualquer forma; elaboração de estudos de viabilidade e projetos, promover a construção, a operação e manutenção de usinas de geração de energia, de linhas de transmissão e de transporte, subestações, rede de distribuição e, bem assim, a realização de quaisquer outros serviços afins ou complementares; e a realização de quaisquer outros serviços ou atividades na área de infra-estrutura.

Os acionistas decidiram na Assembléia Geral Extraordinária, realizada em 11 de julho de 2007, entre outras deliberações, aprovar alteração da razão social de Alusa Participações S.A. para Alupar Investimento S.A.

A Alupar foi constituída pela Companhia Técnica de Engenharia Elétrica, com o objetivo de aperfeiçoar a estrutura societária passando a figurar como holding das investidas dedicadas à geração e transmissão de energia elétrica. Para isso, em 26 de setembro de 2007 procedeu a uma ampla reestruturação societária, que consistiu na transferência dos investimentos em empresas de geração e transmissão de energia elétrica para a Alupar.

Em 31 de dezembro de 2008, a Cia. Técnica de Engenharia Elétrica, controladora da Alupar, deliberou em Assembléia Geral Extraordinária, a apreciação e concomitante aprovação do Protocolo de Intenções e Justificação firmado em 30 de dezembro de 2008, acerca da sua incorporação pela Guarupart Participações Ltda.. Com a aprovação unânime do Protocolo, a Cia. Técnica foi declarada extinta sendo que a incorporadora Guarupart, na qualidade de sucessora da Cia. Técnica assumirá todos os direitos e obrigações da sociedade extinta nesta data.

Concessões de linhas de transmissão

A Alupar participa de 13 empresas transmissoras de energia elétrica no Brasil. Estando ainda, no aguardo das autorizações dos Órgãos Reguladores do Setor Elétrico no Chile, para obter o controle acionário mediante compra da participação acionária da Guarupart Participações Ltda., sucessora da Cia. Técnica de Engenharia Elétrica em mais uma empresa de transmissão.

Das 13 concessionárias, apenas uma se encontra em fase pré-operacional, sendo que as 12 concessionárias em atividade operam 3.391,5 quilômetros de linhas de transmissão.

As participações da Alupar nas 13 concessionárias de transmissão, são em sua maioria em parceria com outros investidores conforme apresentamos a seguir:

	Participação Direta		Participação Indireta		
Empresas	**No capital votante**	**No capital total**	**No capital votante**	**No capital total**	**Parceiros**
Companhia Transleste de Transmissão (*)	-	-	41,00%	41,00%	CEMIG, FURNAS e ORTENG
Companhia Transudeste de Transmissão (*)	-	-	41,00%	41,00%	CEMIG, FURNAS e ORTENG
Companhia Transirapé de Transmissão (*)	-	-	41,00%	41,00%	CEMIG, FURNAS e ORTENG
Empresa de Transmissão do Espirito Santo S.A. – ETES	99,70%	99,70%	-	-	Conselheiros
Empresa Amazonense de Transmissão S.A. - EATE (**)	50,00%	33,80%	-	-	CEMIG,BROOKFIELD e ELETROBRAS
Empresa Norte de Transmissão S.A. - ENTE (**)	50,00%	50,00%	-	-	CEMIG, MDU e BROOKFIELD
Empresa Regional de Transmissão S.A. - ERTE (**)	50,00%	50,00%	-	-	CEMIG, MDU e BROOKFIELD
Empresa Catarinense de Transmissão S.A. – ECTE	40,00%	40,00%	-	-	MDU, CELESC, CEMIG e BROOKFIELD
Empresa Paraense de Transmissão S.A. - ETEP (**)	50,00%	38,12%	-	-	ELETROBRÁS, CEMIG e BROOKFIELD
Sistema de Transmissão Nordeste S.A. – STN	51,00%	51,00%	-	-	CHESF
Sistema de Transmissão Catarinense S.A. - STC (***)	20,00%	20,00%	80,00%	80,00%	EATE
Lumitrans Companhia Transmissora de Energia Elétrica(***)	15,00%	15,00%	80,00%	80,00%	AUTO INVEST e EATE
Empresa Brasileira de Transmissão de Energia S.A. - EBTE (***)	-	-	51,00%	51,00%	CEMIG

(*) Participação indireta mediante controle da Transminas Holding S.A.

(**) A Alupar detém o controle acionário desta empresa por possuir 50,00% mais 150 ações ordinárias do capital votante.

(***) A participação indireta é mediante controle da Empresa Amazonense de Transmissão S.A. (EATE).

Por intermédio de nossa controlada EATE em consórcio com a CEMIG, fomos vencedores do Lote "D" do Leilão nº 004/2008 da ANEEL, realizado em sessão pública de 27 de junho de 2008, para construção, manutenção e operação das Linhas de Transmissão: LT Parecis - Maggi, LT Juína-Maggi, LT Maggi-Juba 230 kV; LT Nova Mutum-Sorriso; LT Sorriso-Cinop e SE Parecis 230/138 kv; SE Juína 230/138kv. A EATE participa com 51% das ações totais do capital social da empresa constituída para construção e exploração do empreendimento: a Empresa Brasileira de Transmissão de Energia S.A. (EBTE). A EBTE tem uma Receita Anual Permitida (RAP) prevista de R$ 26 milhões. O empreendimento tem previsão de entrada em operação comercial em junho de 2010.

A Alupar ainda pretende ingressar como acionista, mediante compra da totalidade da participação acionária da Guarupart Participações Ltda., sucessora da Companhia Técnica de Engenharia, nas seguintes empresas:

- Transchile - empresa em fase pré-operacional, que detém a concessão para construção, operação e manutenção de 200 km de linha de transmissão de 220 kv no Chile, em um trecho que vai de Charrua a Nueva Temuco. O prazo estimado para que a linha entre em operação é até junho de 2009 e os investimentos previstos são da ordem de US$ 80 milhões de dólares.

  Para garantia da realização da operação, foi firmado um contrato de compra e venda de ações com condições suspensivas, entre a Alupar e a Companhia Técnica de Engenharia em 28 de dezembro de 2007;

Concessões de usinas de energia elétrica

A Alupar está implantando 2 usinas hidrelétricas adquiridas no leilão em 2005. Tal entrada na área de geração foi incentivada pelas novas regras do setor, que tornam estes investimentos mais parecidos com o que hoje, já ocorre na transmissão. As usinas hidrelétricas em fase pré-operacional são:

- UHE Foz do Rio Claro com 68 MW de potência instalada mínima, localizada nos municípios de Caçú e São Simão no Rio Claro, em Goiás com investimento estimado em R$ 288 milhões e Receita Anual estimada de R$ 44,5 milhões. A previsão de entrada em operação deste empreendimento é dezembro de 2009, considerando uma antecipação de seis meses.

- UHE São José com 51 MW de potência instalada minima, localizada nos municípios de Salvador das Missões e Roçador, no Rio Ijuí, no Rio Grande do Sul com investimento estimado em R$ 255 milhões e Receita Anual estimada de R$ 35,3 milhões. A previsão de entrada em operação comercial plena em dezembro de 2009, considerando uma antecipação de seis meses.

Autorizações de pequenas centrais hidrelétricas

Em 18 de setembro de 2007, a Alupar ingressou através da subscrição de 50% mais 5 ações ordinárias, como acionista em 2 Pequenas Centrais Hidrelétricas, no Estado de São Paulo, que são:

Usina Paulista Queluz de Energia S.A. (PCH Queluz) - com potência instalada de 30 MW e energia assegurada de 21,4 MW, localizada no município de Queluz, no Rio Paraíba do Sul no Estado de São Paulo, com uma área alagada de 1,27 km^2, com investimentos estimados em R$ 161 milhões e receita bruta projetada de R$ 31,4 milhões, com previsão de entrada em operação comercial plena em dezembro de 2009.

Usina Paulista Lavrinhas de Energia S.A. (PCH Lavrinhas) - com potência instalada de 30 MW e energia assegurada de 21,4 MW, localizada no município de Lavrinhas, no rio Paraíba do Sul no Estado de São Paulo com um área alagada de 0,76 km^2, com investimentos estimados em R$ 156 milhões e receita bruta projetada em R$ 31,4 milhões, com previsão de entrada em operação em março de 2010.

A Alupar iniciou estudos para obtenção de autorizações para Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs) em diversos estados brasileiros.

Licenças para instalações de usinas térmicas

Detemos ainda licenças prévias de 2 plantas para a instalação de usinas térmicas a óleo combustível, estamos estudando a participações nos próximos de A - 3 com estas usinas. A capacidade instalada total destes empreendimentos é de 306 MW.

Estratégias de negócios

Seguindo as decisões estratégicas da sua administração, a Alupar, mediante aprovação do seu Conselho de Administração, realizou os seguintes atos societários durante o exercício de 2008:

- Em 2 de abril de 2008, concretizou a venda de 30,0% de sua participação societária no capital social da Transminas Holding S.A. para a empresa TL Investimentos em Sistema de Transmissão Ltda. pelo valor total de R$ 14,0 milhões;

- Em 31 de outubro de 2008, concretizou a venda de 80,0% de sua participação societária no capital social da empresa Sistema Catarinense de Transmissão S.A. (STC), para a controlada Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A. (EATE), pelo valor total de R$ 56,8 milhões;

- Em 31 de outubro de 2008, venda de 80,0% de sua participação societária no capital social da empresa Lumitrans - Companhia Transmissora de Energia Elétrica, para a controlada Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A. (EATE), pelo valor total de R$ 32,4 milhões;

- Em 5 de setembro de 2008, celebrou com o Fundo de Investimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço ("FI-FGTS"), Acordo de Acionistas, o qual prevê o ingresso do FI-FGTS como acionista de Foz do Rio Claro Energia S.A. e Ijuí Energia S.A., o qual passará a deter 49,99% em ações preferenciais do capital social total de tais empresas.

  O ingresso do FI-FGTS foi formalizado mediante realização de AGE na Ijuí Energia S.A., em 9 de dezembro de 2008, com a emissão de 42.041.590 ações preferenciais nominativas, sem valor nominal, totalmente subscritas e integralizadas pelo valor de R$ 42,0 milhões.

  O ingresso do FI-FGTS foi formalizado mediante realização de AGE na Foz do Rio Claro Energia S.A., em 23 de janeiro de 2009, com a emissão de 40.991.800 ações preferenciais nominativas, sem valor nominal, totalmente subscritas e integralizadas pelo valor de R$ 41,0 milhões.

- Em 2 de outubro de 2008, celebrou com o Fundo de Investimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço ("FI-FGTS"), Acordo de Acionistas, o qual prevê o ingresso do FI-FGTS como acionista das Usina Paulista Queluz de Energia S.A. e Usina Paulista Lavrinhas de Energia S.A., o qual passará a deter 49,99% em ações preferenciais do capital social total de tais empresas.

  O ingresso do FI-FGTS foi formalizado mediante realização de AGE na empresa Usina Paulista Queluz de Energia, em 16 de dezembro de 2008, com a emissão de 22.586.549 ações preferenciais nominativas, sem valor nominal, totalmente subscritas e integralizadas pelo valor de R$ 22,6 milhões.

  O ingresso do FI-FGTS foi formalizado mediante realização de AGE na empresa Usina Paulista Lavrinhas de Energia, em 16 de dezembro de 2008, com a emissão de 21.904.181 ações preferenciais nominativas, sem valor nominal, totalmente subscritas e integralizadas pelo valor de R$ 21,9 milhões.

Investimentos

Durante o ano de 2008 foram realizados investimentos totais da ordem de 468 milhões em nossas empresas, valor este aplicado principalmente na construção de nossas usinas de geração de energia elétrica, na construção de linhas de transmissão e subestações e em novos projetos de geração de energia.

Além dos investimentos na construção das UHEs Ijuí Energia e Foz do Rio Claro, das PCHs Queluz e Lavrinhas, da linha de transmissão da ETES e EBTE e dos novos projetos de geração de energia, podemos destacar, os seguintes investimentos efetuados por nossas controladas e controladas em conjunto:

- Implantação/substituição de sistemas operacionais integrados em todas as empresas do Grupo, visando a atualização tecnológica e uniformização do processamento de dados;

- A Transleste, em parceria com a USP, está desenvolvendo o projeto de pesquisa e desenvolvimento denominado de Avaliação do Ciclo de Vida e Disponibilidade de Instalações e Equipamentos do Sistema de Transmissão, sob influência da Linha de Transmissão (LT) Montes Claros-Irapé 345 KV.

- Na EATE foram realizadas as obras civis relativas à instalação de dois módulos de conexão, em 500 kV, arranjo disjuntor e meio, para conexão dos bancos de reatores de barra em 500 kV. Com investimentos totais na ordem de R$ 30,0 milhões.

- Na STC foram iniciados os trabalhos para implantação do terceiro transformador da Subestação - SE Rio do Sul. Com investimentos totais previstos na ordem de R$ 8,0 milhões, e previsão para entrada em operação em março de 2009.

- A STN, em parceria com a CHESF, está desenvolvendo o projeto de pesquisa e desenvolvimento, denominado de Sistema de Monitoramento de Linhas de Transmissão, inserido no tema Supervisão, Controle e Proteção de Sistemas Elétricos.

Desempenho econômico e financeiro

Os principais indicadores econômicos e financeiros dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2008 e 2007 são os seguintes:

	Controladora		Consolidado	
	2008	**2007**	**2008**	**2007**
Liquidez geral	0,50	0,45	0,17	0,20
Liquidez corrente	0,32	0,19	0,50	0,55
Relação PL+ partic. acionistas não controladores/Ativo total	0,75	0,79	0,37	0,35
Relação exigível total/ativo total	0,25		0,63	0,65
Rentabilidade do PL (%)(**)	20,0%	7,0%	20,0%	7,0%
Relação lucro operacional/PL (%)	16,0%	7,0%	51,0%	21,0%
Margem EBITDA (%)(*)(**)	-	-	87,5%	93,4%

(*) Margem de EBITDA (LAJIDA) foi obtida pela divisão do EBITDA pela Receita Operacional Líquida.

(**) Considerando que o resultado operacional em 2007, contempla apenas o período de setembro a dezembro de 2007.

A Administração da Companhia entende que o seu capital circulante líquido negativo apresentado em 31 de dezembro de 2008, será revertido no próximo exercício, mediante a entrada de novos recursos da ordem de aproximadamente R$ 240 milhões, oriundos de novas captações a longo prazo. Negociações já estão sendo mantidas junto às instituições financeiras credoras.

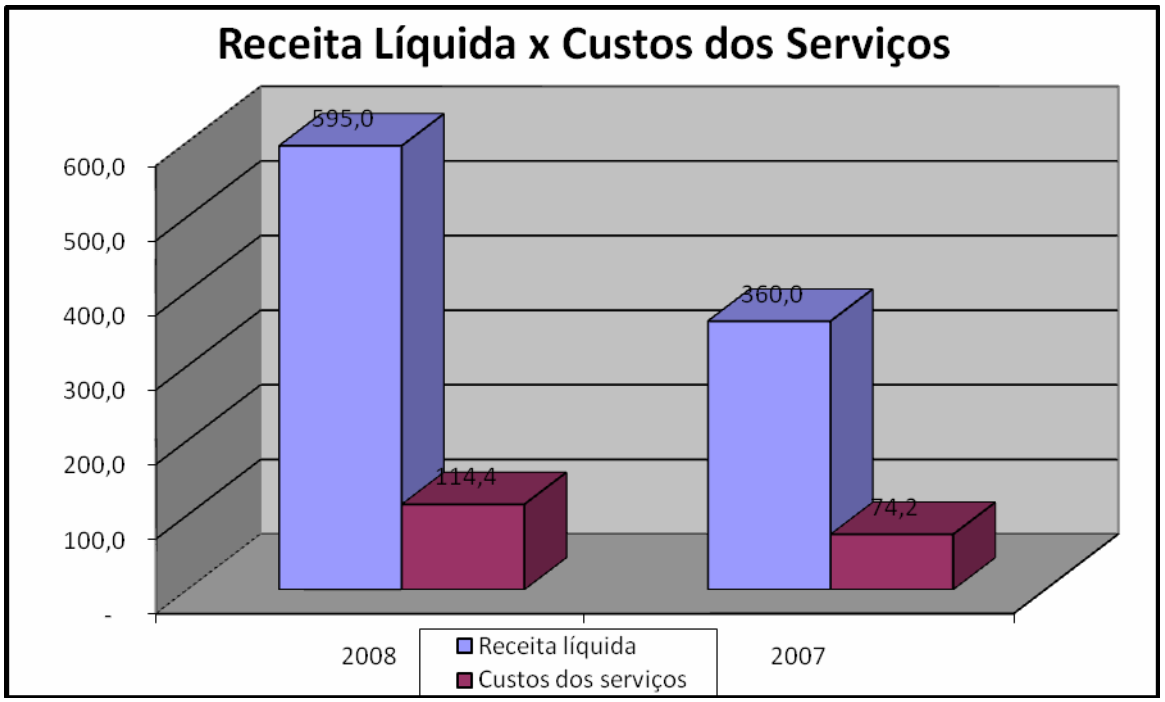
Comportamento da receita

Nossa receita bruta aumentou em R$ 254,6 milhões ou 65,8%, atingindo R$ 641,6 milhões no exercício de 2008, comparado a R$ 387,0 milhões no exercício de 2007. Esse acréscimo deve-se principalmente a obtenção do controle acionário das empresas EATE, ETEP, ENTE e ERTE em 24 de setembro de 2007, que passaram a ser consolidadas integralmente nas demonstrações contábeis a partir de 1º de setembro de 2007.

Em decorrência das variações acima, a receita líquida aumentou em R$ 234,9 milhões ou 65,5%, atingindo R$ 594,9 milhões no exercício de 2008, comparado a R$ 360,0 milhões no exercício de 2007.

Comportamento dos custos dos serviços

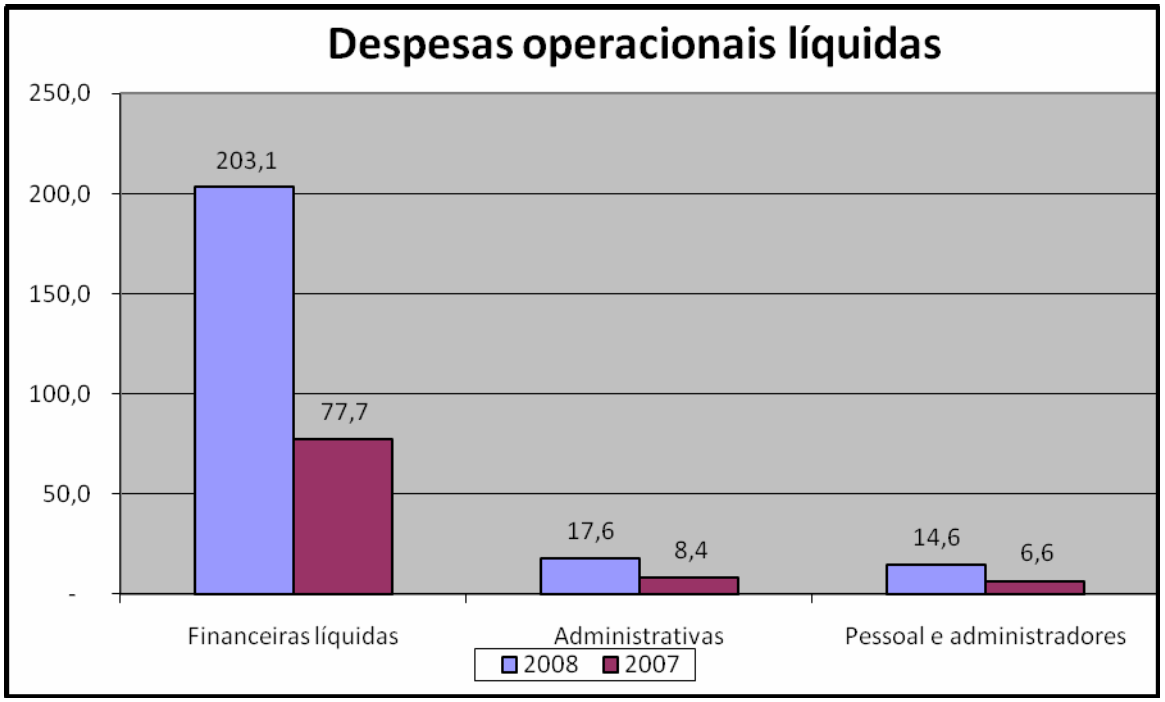
Os custos dos serviços prestados aumentaram em R$ 40,2 milhões ou 56,5%, atingindo R$ 114,4 milhões no exercício de 2008, comparadas a R$ 74,2 milhões no exercício de 2007. Esse acréscimo deve-se basicamente aos fatores que elevaram nossa receita bruta neste exercício.



Obs.: valores expressos em milhões de Reais.

Despesas e receitas operacionais

As despesas operacionais aumentaram em R$ 142,7 milhões ou 154,1%, atingindo R$ 235,3 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2008, comparadas a R$ 92,6 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2007. Essa variação deve-se a acréscimos e reduções nas rubricas que compõem as despesas operacionais e financeiras, decorrentes principalmente de (i) obtenção do controle acionário das empresas EATE, ETEP, ENTE e ERTE; e (ii) aumento das despesas financeiras da Companhia e controladas, decorrentes de novas captações de recursos de terceiros.



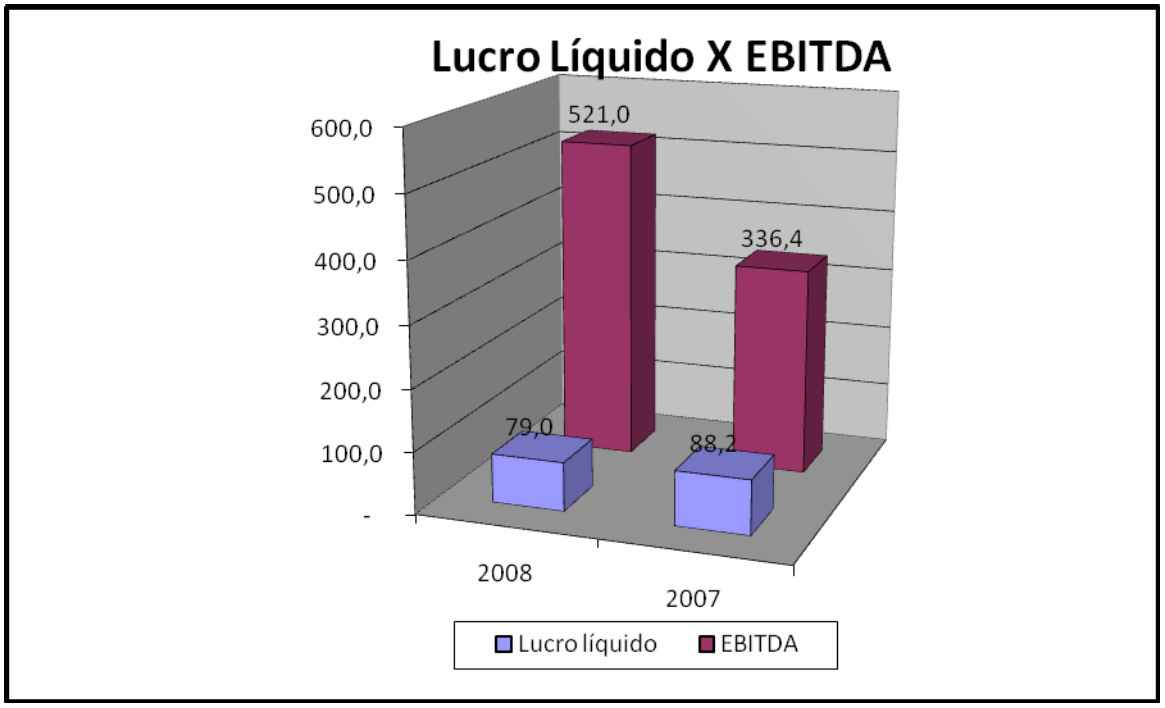
Obs.: valores expressos em milhões de Reais.

Lucro líquido x EBITDA

O EBITDA é uma medição não contábil, consistindo no lucro líquido antes dos efeitos do imposto de renda e da contribuição social, resultado financeiro líquido, depreciação e amortização e da participação dos acionistas não controladores.

Conciliação do EBITIDA - R$ milhões

	2008	**2007**
Lucro líquido do exercício	79,0	88,2
(+) Imposto de renda (líquido do incentivo fiscal) e CSLL	37,5	71,1
(+) Participação de acionistas não controladores	131,8	51,8
(+) Resultado financeiro líquido	203,1	77,8
(+) Depreciação/amortização	69,6	47,6
(=) EBITDA	521,0	336,4



Obs.: valores expressos em milhões de Reais.

Governança corporativa

Em 2008, mediante aprovação do Conselho de Administração, instalamos os seguintes comitês com seus respectivos regimentos internos:

- Comitê de Governança, Sucessão e Remuneração; e
- Comitê de Finanças, Auditoria e Contratação com Partes Relacionadas.

Nos termos da Instrução CVM nº 381, de 14 de janeiro de 2003, a Companhia e suas controladas, firmaram contrato com a KPMG Auditores Independentes, em março de 2008 , para prestação de serviços de auditoria de suas demonstrações contábeis, bem como a revisão das informações trimestrais e informações contábeis, para um período de 1 ano. Durante o exercício de 2008 a Companhia e suas controladas não contrataram prestações de serviços e/ou pagaram honorários não relacionados à auditoria externa de suas demonstrações contábeis aos seus auditores.

A política da Companhia e de suas controladas no que tange à contratação de serviços junto aos seus auditores, na prestação de serviços não relacionados à auditoria externa, asseguram que não haja conflito de interesses, perda de independência ou objetividade. Ademais, todos os serviços contratados não vinculados com a prestação de auditoria externa têm acompanhamento por parte da administração da companhia e se substância nos princípios que preservam a independência da auditoria.

Responsabilidade sócio-ambiental

O Grupo Alupar, tem um comprometimento social, e acredita na construção de uma sociedade mais justa e humana.

Através de nossas controladas e controladas em conjunto, participamos de diversos projetos como forma de incentivo à cultura.

Destacamos a seguir alguns dos projetos beneficiados pelo Grupo Alupar:

- **Mestres do Futuro** - Transmissão de conhecimentos de artesãos/artistas de grande importância a jovens carentes participantes do projeto. O projeto terá 12 mestres escolhidos entre os residentes de cidades do interior do Pará e do Maranhão. Será dada prioridade a artesãos mais velhos, com as técnicas tradicionais menos difundidas e em processo de extinção;

- **Arte na Comunidade** - Arte e lazer através do teatro em comunidades do interior do Pará e Maranhão abordando temas importantes para a região, tais como: diversidade humana e cultural, questão indígena, preservação ambiental e cultural, cultura da paz. Atividades relacionadas ao espetáculo realizadas posteriormente às apresentações ampliando o impacto e as reflexões;

- **Expedição Vaga Lume** - Promoção do acesso ao livro e à leitura em comunidades rurais da Amazônia Legal Brasileira;

- **Majestades Anônimas - Areia dos Meus Lençóis** - Documentário mostrando uma comunidade maranhense e suas relações econômicas, sua religiosidade, cerimônias, danças, músicas, mitos e artesanato;

- **Digitalização de Acervo da Cinemateca Brasileira** - Reprodução em DVD de importantes cinejornais veiculados em cinemas, especialmente, os produzidos pela Carriço Filmes;

- **Judiciário Brasileiro: 200 Anos de História** - Edição de um livro com o objetivo de narrar e analisar a trajetória do judiciário brasileiro desde seu início, em 1808, até os dias atuais. Documentos, gravuras, desenhos e fotografias de diferentes períodos;

- **Exposição Fávio-Shiró** - Exposição de artista com origens japonesa Flávio Shiró, sobre 100 anos da Imigração Japonesa e as influências que ele teve em sua obra do período que ele vivei em Belém do Pará;

- **Filme amor sujo** - Patrocínio ao Cinema Nacional Brasileiro - Filme que narra as angústias de uma trilogia amorosa nas metrópoles;

- **Projeto Cravo** - Objetiva atender as crianças e adolescentes (FUNDAC) que se encontram em vulnerabilidade econômica e situação de risco social e pessoal, visando diminuir a criminalidade e ociosidade, fortalecendo os laços de convivência familiar e comunitária.O projeto beneficia 18 municípios do Piauí e tem como Órgão executor a SASC, em parceria com a PETROBRAS;

- **Projeto Girassol**: - Objetiva atender as crianças e adolescentes (FUNDAC) que se encontram em vulnerabilidade econômica e situação de risco social e pessoal. As ações do Projeto Girassol nos municípios buscam tecer uma Rede de Garantia de Direitos como estratégia para efetivação do Enfrentamento à Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes. O projeto beneficia 75 municípios do Piauí e tem como Órgão executor a SASC.

- **Projeto PRONAC:**

  - **Projeto Pirueta** - Busca a capacitação gratuita de alunos de escolas públicas para serem bailarinos clássicos segundo o método da Escuela Nacional de Ballet de la República de Cuba (ENBC). O projeto busca fornecer a oportunidade de jovens menos favorecidos se tornarem cidadãos, incluídos sócio e culturalmente, através do ballet clássico, dança popular, música, história da arte e história da música;

  - **Os séculos XX e XXI** - A Ótica da Imprensa Pernambucana: Objetiva a preservação, através da digitalização do acervo do "Jornal do Commércio" que tem em suas páginas a história de Pernambuco e do Brasil. As imagens digitalizadas ficarão preservadas através de 3 coleções de DVDs que ficarão distribuídas entre o "Jornal do Commércio", o Centro de Atitudes e MINC. Trata-se de um projeto de democratização do acesso à informação;

  - **Grandes Personalidades Cearenses** - Objetiva a produção de uma série de docudramas tendo como temas cearenses ilustres (quando o documentário se associa ao gênero teledramaturgia, da categoria entretenimento, gera um novo gênero classificado como docudrama). Os docudramas serão apresentados na TV O POVO. Todas as escolas de ensino médio do estado do Ceará receberão uma caixa com os capítulos produzidos, bem como um livro com planos-de-aulas, modelos de avaliações, dinâmicas e exercícios.

Atua também apoiando os seguintes projetos sociais ou ambientais:

- **Redescobrindo a Cidadania** (CMDCA - Açailândia/MA) - Oficinas artesanais e profissionalizantes: biscuit, bordado, cerâmica, crochê, pintura em tecido, panificação, marcenaria, marcenaria de brinquedo, informática, serigrafia, dança, teatro, esporte, capoeira, cabelereiro e reforço escolar;

- **Projeto de Construção da Escola** (CMDCA - Araçuaí/MG) - Desenvolvido pela APAE de Araçuaí - Instituição de apoio a crianças excepcionais;

- **Projeto de Melhoria no Refeitório, Sala de TV, Padaria, Salas de Estudos e Reforma da Creche** (CMDCA - Jequitinhonha/MG) - Desenvolvido pelo Instituto Educacional Jequitinhonha - Educação de crianças e jovens carentes;

- (CMDCA - São Luís/MA) - **projeto Amigos do Saber** (CMDCA - São Luís/MA) - Criação de espaço de vivência comunitária para incentivo à leitura (compra de livros e equipamentos);

- (CMDCA - Cuiabá/MT) - **Creche Boa Vontade** - manutenção e alimentação da creche;

- (CMDCA - Primavera do Leste/MT) - **Corpo de Bombeiros: Bombeiros do Futuro** - O Corpo de Bombeiros Militar de Mato Grosso lançou do projeto social "Bombeiros do Futuro", que consiste em despertar nas crianças e adolescentes o senso de civismo e preservacionismo;

- (CMDCA - Salinas/MG) - **APAE: Projeto Amparo a Saúde e Requalificação Profissional** Desenvolvido pela APAE de Salinas - Instituição de apoio a crianças excepcionais;

- (CMDCA - Conselheiro Lafaiete/MG) - **APAE: Contratação de Psicóloga, Pedagoga, Assist. Social e Prof. Ed. Física**- Instituição de apoio a crianças excepcionais;

- (CMDCA - Conselheiro Lafaiete/MG) - **Lamena:** - Instituição de apoio a crianças carentes;

- (CMDCA - Conselheiro Lafaiete/MG) - **Lar de Maria:** manutenção e na instituição que é abrigo de crianças e adolescentes

Finalmente, queremos deixar consignados nossos agradecimentos aos acionistas, funcionários, colaboradores, seguradoras, agentes financeiros e do setor elétrico, e a todos que direta ou indiretamente colaboraram para o êxito das atividades da Companhia.

A Diretoria

KPMG Auditores Independentes
R. Dr. Renato Paes de Barros, 33
04530-904 - São Paulo, SP - Brasil
Caixa Postal 2467
01060-970 - São Paulo, SP - Brasil

Central Tel 55 (11) 2183-3000
Fax Nacional 55 (11) 2183-3001
Internacional 55 (11) 2183-3034
Internet www.kpmg.com.br

Parecer dos auditores independentes

Ao
Conselho de Administração e aos Acionistas da
Alupar Investimento S.A.
São Paulo - SP

1. Examinamos os balanços patrimoniais da Alupar Investimento S.A. e os balanços patrimoniais consolidados dessa Companhia e suas controladas, levantados em 31 de dezembro de 2008 e 2007, e as respectivas demonstrações de resultados, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e do valor adicionado correspondentes aos exercícios findos naquelas datas, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis.

2. Nossos exames foram conduzidos de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil e compreenderam: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e os sistemas contábil e de controles internos da Companhia e suas controladas; (b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados; e (c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela Administração da Companhia e suas controladas, bem como da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

3. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Alupar Investimento S.A. e a posição patrimonial e financeira consolidada dessa Companhia e suas controladas em 31 de dezembro de 2008 e 2007, os resultados de suas operações, as mutações de seu patrimônio líquido, os seus fluxos de caixa e os valores adicionados referentes aos exercícios findos naquelas datas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

4. As demonstrações contábeis da controladora e do consolidado em 31 de dezembro de 2008 foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis a uma empresa em continuidade normal dos negócios as quais pressupõem a realização dos ativos, bem como a liquidação das obrigações no curso normal de suas atividades. A Companhia e algumas de suas controladas apresentam capital de giro negativo decorrente de dívida bancária de curto prazo para o financiamento de projetos de longo prazo. Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 1, a Administração entende que esta situação será revertida mediante negociações em curso junto às instituições financeiras, visando alongamento de seu endividamento de curto prazo, bem como, pela entrada dos recursos das alienações efetuadas de algumas participações societárias, entre outras medidas. As demonstrações contábeis não incluem nenhum ajuste relativo à recuperação e classificação dos ativos ou aos valores e classificação dos passivos que poderiam ser necessários em função do resultado dessas negociações.

KPMG Auditores Independentes, uma sociedade simples brasileira e firma-membro da rede KPMG de firmas-membro independentes e afiliadas à KPMG International, uma cooperativa suíça.

KPMG Auditores Independentes is a Brazilian entity and a member firm of the KPMG network of independent member firms affiliated with KPMG International, a Swiss cooperative.

5. Nossos exames foram efetuados com o objetivo de formarmos uma opinião sobre as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto. As demonstrações combinadas e/ou consolidadas do resultado e dos fluxos de caixa referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2007, elaboradas conforme Nota Explicativa nº 2, representam informações complementares àquelas demonstrações, as quais não são requeridas pelas práticas contábeis adotadas no Brasil e são apresentadas para possibilitar uma análise adicional. Essas informações complementares foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria aplicados às demonstrações contábeis e, em nossa opinião, estão apresentadas, em todos os aspectos relevantes, adequadamente em relação às demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2007, tomada em conjunto.

30 de março de 2009

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6



Wagner Petelin
Contador CRC 1SP142133/O-7

Alupar Investimento S.A.

(Companhia aberta)

Balanços patrimoniais

em 31 de dezembro de 2008 e 2007

(Em milhares de Reais)

		Controladora		Consolidado	
Ativo	**Nota**	**2008**	**2007 Reclassificado**	**2008**	**2007 Reclassificado**
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	5	4.708	878	183.087	245.588
Contas a receber	6	-	-	73.497	67.224
Partes relacionadas	10	35.775	19.658	-	-
Impostos a recuperar	8	4.965	-	15.117	8.634
Devedores diversos	7	7.134	-	7.134	-
Adiantamento a fornecedores		10	47	13.559	905
Estoques	9	-	-	14.168	12.913
Despesas pagas antecipadamente		-	-	5.460	2.398
Cauções e depósitos judiciais		-	-	3.081	2.998
Outras contas a receber		36	9	183	1.070
		52.628	20.592	315.286	341.730
Não circulante					
Realizável a longo prazo					
Partes relacionadas	10	28.634	27.427	-	-
Impostos a recuperar	8	-	-	9.837	9.916
Depósitos judiciais		-	-	5.228	695
Outras contas a receber		1.380	1.648	1.380	1.939
		30.014	29.075	16.445	12.550
Permanente					
Investimentos	11	539.356	486.549	1	1
Imobilizado	12	1.688	163	2.722.239	2.344.299
Intangível	13	8.041	1.114	18.323	10.874
Diferido		14.618	1.466	14.618	1.466
		563.703	489.292	2.755.181	2.356.640
Ativo total		646.345	538.959	3.086.912	2.710.920

		Controladora		Consolidado	
Passivo	**Nota**	**2008**	**2007**	**2008**	**2007**
Circulante					
Empréstimos e financiamentos	14	94.328	55.750	407.915	407.663
Fornecedores		1.352	391	34.953	34.171
Partes relacionadas	10	45.018	45.328	45.018	45.472
Salários, férias e encargos sociais		688	298	3.407	2.205
Contribuições e impostos a recolher	15	1.292	20	41.519	37.334
Dividendos declarados	18	23.172	7.436	66.532	69.317
Provisão para compensação ambiental	17	-	-	10.080	10.456
Taxas regulamentares		-	-	15.677	10.163
Adiantamento de clientes		-	-	5.790	-
Outras contas a pagar		243	93	5.535	1.971
		166.093	109.316	636.426	618.752
Não circulante					
Empréstimos e financiamentos	14	289	66	1.319.692	1.131.727
Adiantamento para futuro aumento de capital	10	-	1.701	-	1.701
Provisão para contingências		-	-	1.393	1.393
Adiantamento de clientes		-	-	6.305	9.843
Outras obrigações		-	-	1.150	670
		289	1.767	1.328.540	1.145.334
Participação de acionistas não controladores		-	-	660.513	518.958
Patrimônio líquido					
Capital social	18	404.001	404.001	404.001	404.001
Reservas de lucros		75.962	23.875	57.432	23.875
		479.963	427.876	461.433	427.876
Patrimônio líquido + partic. de acionistas não controladores		479.963	427.876	1.121.946	946.834
Passivo total		646.345	538.959	3.086.912	2.710.920

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Alupar Investimento S.A.

(Companhia aberta)

Demonstrações de resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2008 e 2007

(Em milhares de Reais)

	Nota	Controladora		Consolidado		Combinado/ Consolidado (*)
		2008	2007	2008	2007	2007
Receita operacional bruta						
Serviços prestados		-	-	641.618	193.088	387.049
Deduções		-	-	(46.661)	(9.899)	(27.034)
Receita operacional líquida		-	-	594.957	183.189	360.015
Custo dos serviços prestados		-	-	(44.838)	(13.527)	(26.653)
Depreciação		-	-	(69.574)	(30.702)	(47.578)
		-	-	(114.412)	(44.229)	(74.231)
Lucro bruto		-	-	480.545	138.960	285.784
(Despesas) receitas operacionais						
Administrativas e gerais		(7.739)	(1.460)	(17.618)	(5.808)	(8.382)
Pessoal		(2.959)	(638)	(7.779)	(2.278)	(3.634)
Honorários da diretoria e conselho de administração	10	(3.483)	(714)	(6.808)	(2.076)	(2.964)
Despesas financeiras	19	(23.282)	(1.226)	(236.047)	(46.998)	(97.506)
Receitas financeiras	19	1.529	3	32.965	10.065	19.832
Equivalência patrimonial	11	114.598	35.346	-	-	-
		78.664	31.311	(235.287)	(47.095)	(92.654)
Resultado operacional		78.664	31.311	245.258	91.865	193.130
Outras receitas		103.304	-	87.554	550	567
Outras despesas		(84.399)	-	(84.422)	(906)	(909)
Outros resultados	11	18.905	-	3.132	(356)	(342)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		97.569	31.311	248.390	91.509	192.788
Imposto de renda e contribuição social		-	-	(37.547)	(20.303)	(52.806)
Lucro líquido antes da participação de acionistas não controladores		97.569	31.311	210.843	71.206	139.982
Participação de acionistas não controladores		-	-	(131.804)	(39.895)	(51.816)
Lucro líquido do exercício		97.569	31.311	79.039	31.311	88.166
Lucro líquido por lote de mil ações		0,72	0,23			
Quantidade de ações do capital - lotes de mil		134.667	134.667			

(*) A coluna "Combinado/Consolidado" corresponde a apuração dos resultados combinados de 1º de janeiro a 31 de agosto de 2007 mais o resultado consolidado de 1º de setembro a 31 de dezembro de 2007.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Alupar Investimento S.A.

(Companhia aberta)

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido - Controladora

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2008 e 2007

(Em milhares de Reais)

		Reservas de lucros			
	Capital social	**Reserva legal**	**especial de dividendos**	**Lucros acumulados**	**Total**
Saldos em 31 de dezembro de 2006	1	-	-	-	1
Integralização de capital conforme AGE de	404.000	-	-	-	404.000
Lucro liquido do exercício	-	-	-	31.311	31.311
Destinação proposta à AGO:					
Reserva legal	-	1.565	-	(1.565)	-
Dividendos	-	-	-	(7.436)	(7.436)
Lucro remanescente à disposição da Assembléia	-	-	22.310	(22.310)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2007	404.001	1.565	22.310	-	427.876
Realização da reserva especial de dividendos	-	-	(22.310)	-	(22.310)
Lucro liquido do exercício	-	-	-	97.569	97.569
Destinação proposta à AGO:					
Reserva legal	-	4.878	-	(4.878)	-
Dividendos	-	-	-	(23.172)	(23.172)
Lucro remanescente à disposição da Assembléia	-	-	69.519	(69.519)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2008	404.001	6.443	69.519	-	479.963

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Alupar Investimento S.A.

(Companhia aberta)

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2008 e 2007

(Em milhares de Reais)

	Nota	Controladora		Consolidado		Combinado/ Consolidado (*)
		2008	2007	2008	2007	2007
Fluxos de caixa das atividades operacionais						
Lucro líquido do exercício		97.569	31.311	79.039	31.311	88.166
Itens que não afetam as disponibilidades						
Depreciação e amortização		127	7	70.033	24.138	47.632
Equivalência patrimonial		(114.598)	(35.346)	-	-	-
Variações monetárias e cambiais líquidas		22.406	847	209.865	42.533	148.783
Incentivo fiscal		-	-	-	11.355	37.613
Baixas do ativo imobilizado		-	-	31	781	802
Reflexos dos ajustes na participação das controladas (ETEP, EATE, ERTE, ENTE e LUMITRANS)		-	-	-	-	206.163
Ajuste de participação de acionistas não controladores		-	-	131.804	41.265	119.499
		5.504	(3.181)	490.772	151.383	648.658
(Aumento) redução no ativo						
Contas a receber		-	-	(6.273)	(3.348)	(6.610)
Partes Relacionadas		(17.324)	-	-	-	-
Impostos a recuperar		(4.965)	-	(6.483)	9.579	(5.656)
Estoques		-	-	(1.255)	669	(17)
Outros ativos circulantes		(7.124)	(56)	(22.046)	(656)	(5.096)
Outros realizável a longo prazo		268	(48.733)	(3.895)	(34.197)	(12.456)
		(29.145)	(48.789)	(39.952)	(27.953)	(29.835)
Aumento (redução) no passivo						
Fornecedores		961	391	782	51	3.928
Salários, férias e encargos sociais		389	392	1.202	2.127	2.472
Contribuições e impostos a recolher		1.272	20	4.185	(4.489)	10.319
Outros passivos circulantes		148	-	14.493	601	(1.952)
Outros exigivel a longo prazo		-	-	(3.058)	(21.840)	2.447
		2.770	803	17.604	(23.550)	17.214
Caixa líquido (aplicado nas) proveniente das atividades operacionais		(20.871)	(51.167)	468.424	99.880	636.037
Fluxos de caixa das atividades de investimentos						
Investimentos líquidos		61.799	(451.202)	5.437	(1)	(1)
Aplicações no imobilizado		(1.650)	(171)	(446.517)	(78.878)	(218.499)
Aplicações no intangível		(6.927)	(1.114)	(7.408)	(3.150)	(5.257)
Aplicações no diferido		(13.152)	(1.466)	(13.152)	(1.466)	(1.466)
Caixa líquido (aplicado nas) proveniente das atividades de investimentos		40.070	(453.953)	(461.640)	(83.495)	(225.223)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos						
Integralização de capital		-	404.000	105.289	11.960	11.960
Adiantamento para futuro aumento de capital		(1.701)	1.701	(1.701)	1.701	1.701
Pagamentos de dividendos e juros sobre capital próprio		(29.745)	-	(169.376)	(18.641)	(245.082)
Empréstimos tomados e arrendamento mercantil		402.950	121.725	949.769	179.451	262.754
Amortização e pagamento de juros do financiamento		(386.873)	(21.429)	(953.266)	(135.579)	(344.216)
Caixa líquido provenientes das (aplicado nas) atividades de financiamentos		(15.369)	505.997	(69.285)	38.892	(312.883)
Aumento (Redução) líquida no caixa e equivalentes de caixa		3.830	877	(62.501)	55.277	97.931
Demonstração do aumento no caixa e equivalentes de caixa						
Saldo no início do exercício		878	1	245.588	190.311	147.657
Saldo no final do exercício		4.708	878	183.087	245.588	245.588
Aumento (Redução) líquida no caixa e equivalentes de caixa		3.830	877	(62.501)	55.277	97.931

(*) A coluna "Combinado/Consolidado" corresponde aos valores combinados de 1º de janeiro a 31 de agosto de 2007 mais os valores consolidados de 1º de setembro a 31 de dezembro de 2007.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Alupar investimento S.A.

(Companhia aberta)

Demonstração do valor adicionado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2008 e 2007

(Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	2008	**2007**	**2008**	**2007**
Receitas				
Disponibilização do sistema de transmissão	-	-	641.545	193.088
Outras receitas	18.929	4	3.233	34
	18.929	4	644.778	193.122
(-) Insumos adquiridos de terceiros				
Serviços de terceiros	(3.159)	(898)	(37.379)	(10.631)
Materiais	(101)	(15)	(1.730)	(592)
Outros custos operacionais	(2.181)	(319)	(5.427)	(2.758)
	(5.441)	(1.232)	(44.536)	(13.981)
(-) Quotas de reintegração (depreciação)	(126)	(7)	(70.031)	(30.706)
Valor adicionado recebido em transferência				
Equivalência patrimonial	114.599	35.346	-	-
Receita financeira	1.529	1.309	43.045	11.371
	116.128	36.655	43.045	11.371
Valor adicionado a distribuir	129.490	35.420	573.256	159.806
Distribuição do valor adicionado				
Pessoal				
Remuneração direta	4.562	995	16.495	5.427
Benefícios				
Auxílio alimentação	124	21	540	145
Assistência médica e vale transporte	185	7	994	277
Outros	220	19	675	138
FGTS	310	84	1.134	331
	5.401	1.126	19.838	6.318
Impostos, taxas e contribuições				
Federais	2.688	599	94.622	33.951
INSS	1.042	226	3.858	1.330
Encargos do consumidor	-	-	25.179	7.163
Imposto de renda e contribuição social	178	-	39.287	20.234
PIS e COFINS	1.240	1	25.928	3.709
Contribuição sindical	-	-	71	
CIDE	103	-	103	-
Outros impostos e taxas	125	372	196	1.515
Estaduais	-	-	33	5
ICMS	-	-	3	2
IPVA	-	-	30	3
Municipais	26	-	55	3
IPTU	26	-	49	3
Taxa de licenciamento			6	
	2.714	599	94.710	33.959
Remuração de capitais de terceiros				
Juros e variaçções cambiais	22.539	2.157	212.237	45.648
Aluguéis	740	139	3.691	1.260
Outras despesas financeiras	527	88	4.030	1.347
	23.806	2.384	219.958	48.255
Remuneração de capitais próprios				
Dividendos propostos e JCP	23.172	7.436	34.871	7.504
Reservas de lucros	74.397	23.875	72.075	23.875
Participação de aciosnistas não controladores	-	-	131.804	39.895
	97.569	31.311	238.750	71.274
	129.490	35.420	573.256	159.806
Valor adicionado médio por empregado	3.237	1.687	2.986	999

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Alupar Investimento S.A.

(Companhia aberta)

Balanço social consolidado (não auditado)

Exercício findo em 31 de dezembro de 2008

(Em milhares de Reais)

Base de cálculo	
Receita líquida (RL)	594.957
Lucro operacional (LO)	245.258
Folha de pagamento bruta (FPB)	16.495
Valor adicionado total (VAT)	573.256

		% sobre		
	Valor	**FPB**	**RL**	**VAT**
Indicadores sociais internos				
Encargos sociais compulsórios	4.992	30,26	0,01	0,0087082
Assistência medica	994	6,03	0,00	0,001734
Auxilio alimentação	540	3,27	0,00	0,000942
Outros	675	4,09	0,00	0,0011775
Total	7.201	43,66	0,01	0,01

		% sobre		
	Valor	**LO**	**RL**	**VAT**
Indicadores sociais externos				
Doações e contribuições	2.270	4,93	0,38	0,40
Tributos excluídos encargos sociais	90.852	37,04	15,27	15,85
	93.122	37,97	0,16	0,16

Indicadores do corpo funcional	
Empregados no final do período	192
Escolaridade dos empregados	
Superior e extensão universitária	123
2º Grau	68
Faixa etária dos empregados	
Abaixo de 30 anos	56
De 30 até 45 anos (exclusive)	61
Acima de 45 anos	75
Admissões durante o ano	50
Mulheres que trabalham na empresa	66
Negros que trabalham na empresa	9
Portadores de deficiências fisicas	-
Estagiários	8

Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial	
Relação entre a maior e a menor remuneração na empresa	37,8 vezes
Acidentes de trabalho	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Alupar Investimento S.A.

(Companhia aberta)

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2008 e 2007

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

A Alupar Investimento S.A., "Companhia ou Alupar", constituída em 27 de setembro de 2006, tem por objeto a participação em outras sociedades atuantes nos setores de energia e infra-estrutura, no Brasil ou no exterior, como acionista ou quotista; a geração, transformação, transporte, a distribuição e o comércio de energia em qualquer forma; elaboração de estudos de viabilidade e projetos, promover a construção, a operação e manutenção de usinas de geração de energia, de linhas de transmissão e de transporte, subestações, rede de distribuição e, bem assim, a realização de quaisquer outros serviços afins ou complementares; e a realização de quaisquer outros serviços ou atividades na área de infra-estrutura.

Os acionistas decidiram na Assembléia Geral Extraordinária, realizada em 11 de julho de 2007, entre outras deliberações, aprovar alteração da razão social de Alusa Participações S.A. para Alupar Investimento S.A.

A Companhia foi constituída pela Guarupar Participações Ltda. (empresa que incorporou a Companhia Técnica de Engenharia Elétrica, em 31 de dezembro de 2008) com o objetivo de aperfeiçoar a estrutura societária passando a figurar como "holding" das empresas dedicadas à geração e transmissão de energia elétrica. Para isso, em 26 de setembro de 2007 procedeu a uma ampla reestruturação societária, que consistiu na transferência dos investimentos em empresas de geração e transmissão de energia elétrica para a Companhia.

A Alupar participa de 4 empresas geradoras e 13 empresas transmissoras de energia elétrica no Brasil. Estando ainda, no aguardo das autorizações dos Órgãos Reguladores do Setor Elétrico no Chile, para obter o controle acionário mediante compra da participação acionária da Guarupart Participações Ltda. em mais 1 empresa de transmissão.

A Administração da Companhia entende que o capital circulante líquido negativo apresentado em 31 de dezembro de 2008, será revertido nos próximos doze meses mediante a entrada de recursos da ordem de aproximadamente R$240 milhões, oriundos de novas captações a longo prazo. Negociações já estão sendo mantidas junto às instituições financeiras credoras.

2 Apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2008 e de 2007 da Companhia e suas controladas e controladas em conjunto, conforme nota explicativa 3, foram elaboradas com base nas disposições da Lei das Sociedades por Ações conjugadas com as práticas contábeis adotadas no Brasil que incluem as Normas e Pronunciamentos estabelecidos pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), e os Pronunciamentos. Orientações e as Interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidação de 2008, a Companhia e suas controladas e controladas em conjunto adotaram pela primeira vez as alterações na legislação societária introduzidas pela Lei n° 11.638, aprovada em 28 de dezembro de 2007, com as respectivas modificações introduzidas pela Medida Provisória nº 449 de 3 de dezembro de 2008.

A Lei nº 11.638/07 e a Medida Provisória nº 449/08 modificam a Lei nº 6.404/76 em aspectos relativos à elaboração e divulgação das demonstrações contábeis.

As considerações e os ajustes relativos à adoção inicial da Lei nº 11.638/07 e da Medida Provisória nº 449/08 estão detalhados na Nota Explicativa nº 3.

Demonstrações contábeis combinadas / consolidadas

Por conta do processo de reestruturação societária do Grupo, mencionado na Nota Explicativa nº 1, A Companhia passou a possuir seus investimentos a partir de setembro de 2007. Entretanto para fins de comparação estão sendo apresentadas de forma voluntária as demonstrações do resultado e dos fluxos de caixa consolidados/combinados para o exercício findo em 31 de dezembro de 2007, ou seja, 12 meses de operações.

A Companhia passou a controlar integralmente alguns investimentos que anteriormente eram controladas em conjunto. Assim, as demonstrações contábeis consolidadas/ combinadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2007 apresentadas para fins de comparação com as demonstrações contábeis consolidadas do exercício de 2008, exceto quanto ao lucro líquido do período, não apresentam a mesma proporcionalidade na combinação de saldos de suas rubricas; portanto, análises econômicas e financeiras baseadas na comparabilidade das referidas demonstrações contábeis poderão ser significativamente afetadas.

A administração da Companhia autorizou a conclusão da preparação destas demonstrações contábeis em 30 de março de 2009.

3 Resumo das principais práticas contábeis

Adoção inicial da Lei nº 11.638/07

A Companhia e suas controladas e controladas em conjunto optaram por elaborar balanço patrimonial de transição em 1º de janeiro de 2008 (ou 31 de dezembro de 2007) que é o ponto de partida da contabilidade de acordo com a legislação societária modificada pela Lei nº 11.638/07 e pela Medida Provisória nº 449/08,As seguintes práticas contábeis foram modificadas em relação ao exercício findo em 31 de dezembro de 2007:

- Em atendimento à Deliberação CVM nº 555, de 12 de novembro de 2008, que aprova o Pronunciamento Técnico CPC nº 07, os incentivos fiscais provenientes de certas controladas referente à redução parcial tributária de imposto de renda que gozam as empresas situadas nas áreas da SUDAM e da SUDENE, apurados, a partir da vigência da Lei nº 11.638/07, foram contabilizados no resultado do exercício como redutores da despesa com o imposto de renda, sendo posteriormente transferidos para a reserva de lucros. Até 31 de dezembro de 2007, os valores correspondentes aos incentivos fiscais eram contabilizados diretamente à conta de reserva de capital no patrimônio líquido. Para efeito do resultado consolidado, estes incentivos fiscais já eram considerados como redutores da referida despesa do imposto.

- Consoante item 51 do Pronunciamento Técnico CPC nº 13, a Companhia não está apresentando a Demonstração de Origens e Aplicação de Recursos para o exercício findo em 31 de dezembro de 2007.

- O saldo do ativo diferido em 31 de dezembro de 2008 será mantido até a sua realização total.

Em decorrência das alterações da Lei nº 6.404/76, alguns saldos de 2007 foram reclassificados para permitir a comparação com as demonstrações contábeis de 2008. As reclassificações efetuadas não tem impacto no resultado nem no patrimônio líquido de 2007.

As reclassificações efetuadas estão a seguir discriminadas:

- Determinados ativos intangíveis já reconhecidos antes da adoção inicial da Lei nº 11.638/07 e Medida Provisória nº 449/08, e que atendem os requisitos específicos do Pronunciamento Técnico CPC nº 04 - Ativo Intangível, foram reclassificados do grupo de contas do ativo imobilizado para o grupo de contas específico de ativos intangíveis;

- Os ágios gerados nas aquisições de investimentos, foram reclassificados do grupo de contas de investimentos para o grupo de contas específico de ativos intangíveis; e

- Determinados ativos diferidos que atendem os requisitos específicos do Pronunciamento Técnico CPC nº 04 - Ativo Intangível, foram reclassificados do grupo de contas do ativo diferido para o grupo de contas específico de ativos intangíveis.

Os saldos reclassificados para fins de comparabilidade, estão demonstrados a seguir:

	2007			
	Controladora		Consolidado	
Balanço patrimonial	**Publicado**	**Reclassificado**	**Publicado**	**Reclassificado**
Ativo circulante	934	20.592	341.730	341.730
Partes relacionadas	-	19.658	-	-
Ativo não circulante	538.025	518.367	2.356.640	2.356.640
Realizável a longo prazo	48.733	29.075	-	-
Partes relacionadas	47.085	27.427	-	-
Permanente	489.292	489.292	2.356.640	2.356.640
Investimentos	487.662	486.549	1.372	1
Imobilizado	164	163	2.352.992	2.344.299
Intangível	-	1.114	-	10.874
Diferido	1.466	1.466	2.276	1.466

As principais práticas contábeis adotadas são as seguintes:

a. Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência de exercício.

A receita de serviços prestados é reconhecida no resultado em função de sua realização, com base nos valores estabelecidos nos Contratos de Concessão e Resoluções Homologatórias da ANEEL. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

b. Estimativas contábeis

A elaboração de demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem o valor residual do ativo imobilizado, intangível e provisões, mensuração de instrumentos financeiros. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia e suas controladas e controladas em conjunto revisam as estimativas e premissas pelo menos trimestralmente.

c. Arrendamento mercantil

Os contratos de arrendamento mercantil mantidos pela Companhia são caracterizados como contratos de arrendamento financeiro e os ativos são reconhecidos pelo valor justo ou pelo valor presente dos pagamentos mínimos previstos em contrato. Os bens reconhecidos como ativos são depreciados pelas taxas de depreciação aplicáveis a cada grupo de ativo conforme a Nota Explicativa nº 12. Os encargos financeiros relativos aos contratos de arrendamento financeiro são apropriados ao resultado ao longo do prazo do contrato, com base no método do custo amortizado e da taxa de juros efetiva.

d. Instrumentos financeiros

Instrumentos financeiros não-derivativos incluem aplicações financeiras, investimentos em instrumentos de divida e patrimônio, contas a receber e outros recebíveis, caixa e equivalentes de caixa, empréstimos e financiamentos, assim como contas a pagar e outras dividas.

Instrumentos financeiros não derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido, para instrumentos que não sejam reconhecimentos pelo valor através de resultado, quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Posteriormente ao reconhecimento inicial os instrumentos financeiros não derivativos são mensurados de acordo com sua classificação, tais como:

- Instrumentos mantidos até o vencimento;
- Disponíveis para venda; e
- Ao valor justo através do resultado
- Outros.

Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia e suas controladas e controladas em conjunto detém instrumentos financeiros derivativos para proteger riscos relativos a moedas estrangeiras e de taxa de juro.

Os derivativos são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo; custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos. Posteriormente ao reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as alterações são contabilizadas no resultado.

e. Moeda estrangeira

As Administrações da Companhia e de suas controladas e controladas em conjunto, definiram que suas moedas funcionais é o Real de acordo com as normas descritas no CPC 02 - Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis, aprovado pela Deliberação CVM nº 534.

Transações em moeda estrangeira, isto é, todas aquelas que não realizadas na moeda funcional, são convertidas pela taxa de câmbio das datas de cada transação. Ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional pela taxa de câmbio da data do fechamento. Os ganhos e as perdas de variações nas taxas de câmbio sobre os ativos e os passivos monetários são reconhecidos no resultado do exercício das empresas em operação e no ativo imobilizado das empresas em fase pré-operacional. Ativos e passivos não monetários adquiridos ou contratados em moeda estrangeira são convertidos com base nas taxas de câmbio das datas das transações ou nas datas de avaliação ao valor justo quando este é utilizado

f. Ativos circulantes e não circulantes

- **Aplicações financeiras**

  As aplicações financeiras estão demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos.

- **Contas a receber**

  As contas a receber incluem os valores faturados e a faturar até a data do balanço, e ainda não recebidos, ajustadas ao valor presente quando aplicável.

  Devido às características das atividades da Companhia e de suas controladas e controladas em conjunto, não existe praticamente inadimplência, portanto, sem necessidade de constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa.

- **Estoques**

  Os materiais em estoque são avaliados e registrados ao custo de aquisição que não excedem ao valor de reposição.

- **Investimentos**

  Os investimentos em empresas controladas e controladas em conjunto estão avaliados pelo método da equivalência patrimonial. Os demais investimentos são avaliados pelo custo de aquisição, deduzidos da provisão para perdas, quando necessário, a fim de adequá-los ao valor de mercado.

- **Imobilizado**

  O imobilizado está registrado pelo custo de aquisição e/ou construção, menos a depreciação acumulada.

  A depreciação é calculada pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados nas respectivas Unidades de Cadastros (UC), conforme determina a Portaria DNAEE n° 815, de 30 de novembro de 1994, complementada pela Resolução ANEEL n° 015, de 29 de dezembro de 1997. As taxas anuais de depreciação estão determinadas na tabela anexa às Resoluções n° 02, de 24 de dezembro de 1997, e n° 44, de 17 de março de 1999, que variam de 2,5% a 20% ao ano, as quais através da Resolução Normativa nº 240 de 5 de dezembro de 2006 estabeleceu a equalização das taxas anuais de depreciação.

- **Intangível**

  Os ativos intangíveis compreendem os ativos adquiridos de terceiros, inclusive por meio de combinação de negócios, e os gerados internamente pela Companhia. Os seguintes critérios são aplicados:

  - Adquiridos de terceiros por meio de combinação de negócios: Ágio apurado nas aquisições envolvendo combinações de negócios.

  - Ativos intangíveis adquiridos de terceiros: são mensurados pelo custo total de aquisição, menos as despesas de amortização.

  - Amortização:

    - Os ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados pelo prazo de 10 anos.

    - Os ativos intangíveis com vida útil indefinida e o ágio por expectativa de rentabilidade futura não são amortizados e tem o seu valor recuperável testado, anualmente.

- **Redução ao valor recuperável**

  Os ativos do imobilizado, do intangível e do diferido têm o seu valor recuperável testado, no mínimo, anualmente, caso haja indicadores de perda de valor. Os ativos intangíveis com vida útil indefinida têm a recuperação do seu valor testada anualmente independentemente de haver indicadores de perda de valor.

- **Demais ativos circulantes e não circulantes**

  São apresentados pelo valor líquido de realização.

  Diferido

  O ativo diferido refere-se às despesas pré-operacionais e aos gastos de pesquisa.

  A Companhia optou por manter o saldo do ativo diferido até a sua realização total.

g. Passivos circulante e não circulante

Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial, quando aplicável os passivos circulantes são ajustados à valor presente.

h. Provisões

Uma provisão é reconhecida no balanço quando a Companhia e suas controladas e controladas em conjunto possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

i. Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos estão atualizados pela variação monetária e/ou cambial, juros e encargos financeiros, determinados em cada contrato, incorridos até a data do balanço, os quais são apropriados ao resultado do período em despesas financeiras ou no ativo imobilizado no que tange as empresas em fase pré-operacional.

Conforme Pronunciamento do CPC nº 08 aprovado pela Deliberação CVM nº 556/08 quando significativo os recursos captados de terceiros são reconhecidos líquidos dos custos de transação incorridos na captação.

Em 31 de dezembro de 2008 estes custos foram não foram considerados significativos por sua Administração.

j. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social são calculados com base nas alíquotas de 15% acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente no ano de R$ 240 para imposto de renda e 9% para contribuição social sobre o lucro tributável.

A Companhia e suas controladas e controladas em conjunto consideraram a adoção do Regime Tributário de Transição (RTT) para a apuração de imposto de renda e contribuição social relativo ao exercício findo em 31 de dezembro de 2008. A opção definitiva e irretratável se dará por ocasião da entrega da declaração de rendas, até junho de 2009.

k. Plano de pensão e de benefícios pós emprego a funcionários

Os custos de patrocínio do plano de pensão e eventuais déficits (superávits) do plano são contabilizados em atendimento à Deliberação CVM nº 371/00 e NPC nº 26 do IBRACON. Os custos de patrocínio de plano de pensão são reconhecidos como despesas por se tratar de planos de contribuição definida.

4 Demonstrações contábeis consolidadas

O processo de consolidação das demonstrações contábeis foi baseado na consolidação das contas patrimoniais e de resultado que correspondem à soma dos saldos das contas do ativo, passivo, patrimônio líquido, receitas e despesas, segundo a sua natureza, complementado com as eliminações dos saldos das contas de ativos, passivos e de resultado entre as sociedades consolidadas, e destaque das participações dos acionistas não controladores para os investimentos nas controladas Transleste, Transirapé, STN, EATE, ENTE, ERTE, ETEP, Lumitrans, STC, Ijuí Energia, PCH Queluz e PCH Lavrinhas.

Os investimentos com controle compartilhado foram consolidados proporcionalmente em função do percentual de participação. Cada rubrica das informações financeiras consolidadas foi, portanto, consolidadas e combinadas após a aplicação do percentual de participação. Conseqüentemente, não há destaque para participações dos acionistas não controladores para esses investimentos.

As políticas contábeis foram aplicadas de forma uniforme nas sociedades consolidadas.

A conciliação do resultado do exercício e do patrimônio líquido está demonstrada a seguir:

	Resultado do exercício		**Patrimônio líquido**	
	2008	**2007**	**2008**	**2007**
Controladora	97.569	31.311	479.963	427.876
Eliminação de lucro auferido pela controladora em transações com controlada, líquido de imposto de renda e contribuição social	(18.530)	-	(18.530)	-
Consolidado	79.039	31.311	461.433	427.876

As demonstrações contábeis consolidadas em 31 de dezembro de 2008 e 2007 incluem as demonstrações contábeis das seguintes sociedades:

	% de Participação total		
	Direto	**Indireto**	**Controle**
Sociedades consolidadas (c)			
Transminas Holding S.A.	70,02	-	Integral
Companhia Transleste de Transmissão **(a)**	-	41,00	Integral
Companhia Transirapé de Transmissão **(a)**	-	41,00	Integral
Companhia Transudeste de Transmissão	-	41,00	Conjunto
Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A. - EATE **(b)**	33,80	-	Integral
LUMITRANS - Companhia Transmissora de Energia Elétrica	15,00	80,00	Integral
Sistema de Transmissão Catarinense S.A. - STC	20,00	80,00	Integral
Empresa Brasileira de Transmissão de Energia S.A. - EBTE	-	51,00	Integral
Sistema de Transmissão do Nordeste S.A. - STN	51,00	-	Integral
Empresa de Transmissão do Espírito Santo S.A. - ETES	99,70	-	Integral
Foz do Rio Claro Energia S.A.	100,00	-	Integral
Ijuí Energia S.A.	50,10	-	Integral
Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A. - ETEP **(b)**	38,12	-	Integral
Empresa Norte de Transmissão de Energia S.A. - ENTE **(b)**	50,00	-	Integral
Empresa Regional de Transmissão de Energia S.A. - ERTE **(b)**	50,00	-	Integral
Empresa Catarinense de Transmissão de Energia S.A. - ECTE	40,00	-	Conjunto
Usina Paulista Lavrinhas de Energia S.A. **(b)**	25,01	-	Integral
Usina Paulista Queluz de Energia S.A. **(b)**	25,01	-	Integral

(a) A Companhia possui o controle em função de acordo de acionista onde existe a condição de voto em bloco.

(b) A Companhia possui o controle em função de possuir mais de 50% das ações com direito a voto.

(c) Todas essas Companhias tiveram suas demonstrações contábeis auditadas pela KPMG Auditores Independentes.

As atividades das sociedades integrantes dessas demonstrações contábeis consolidadas compreendem, basicamente, a prestação de serviços na transmissão e geração de energia elétrica, como segue:

	Constituída em	Contrato de concessão	Prazo de concessão em anos	Receita Anual Permitida - RAP 2008/2009
Transmissoras de energia:				
Transminas Holding S.A.	27/9/2006	-	-	-
Companhia Transleste de Transmissão	28/10/2003	009/2004	30	23.894
Companhia Transirapé de Transmissão	6/12/2004	012/2005	30	12.708
Companhia Transudeste de Transmissão	25/10/2004	005/2005	30	14.809
Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A. - EATE	23/3/2001	042/2001	30	253.879
Lumitrans- Companhia Transmissora de Energia Elétrica	29/12/2003	007/2004	30	15.587
Sistema de Transmissão Catarinense S.A. - STC	2/12/2005	006/2006	30	20.159
Empresa Brasileira de Transmissão de Energia S.A. - EBTE **(a)**	30/7/2008	011/2008	30	-
Sistema de Transmissão do Nordeste S.A. - STN	27/10/2003	005/2004	30	105.474
Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A. - ETEP	23/3/2001	043/2001	30	58.948
Empresa Norte de Transmissão de Energia S.A. - ENTE	30/9/2002	085/2002	30	131.824
Empresa Regional de Transmissão de Energia S.A. – ERTE	30/9/2002	083/2002	30	23.296
ECTE - Empresa Catarinense de Transmissão de Energia S.A.	8/8/2000	88/2000	30	57.139
Empresa de Transmissão do Espírito Santo S.A. - ETES	19/12/2006	006/2007	30	5.173
Geração de energia:				
Foz do Rio Claro Energia S.A. **(a)**	16/1/2006	005/2006	35	-
Ijuí Energia S.A. **(a)**	16/1/2006	006/2006	35	-
Usina Paulista Lavrinhas de Energia S.A. **(a)**	23/8/2004	(b)	30	-
Usina Paulista Queluz de Energia S.A. **(a)**	23/8/2004	(b)	30	-

Companhias em fase pré-operacional cujo cronograma de construção prevê a entrada da operação comercial para dezembro 2009, março e junho de 2010.

(a) As Pequenas Centrais Hidrelétricas foram autorizadas à exploração dos empreendimentos mediante Resoluções ANEEL nº 138/2004 e 139/2004.

- As Companhias transmissoras de energia foram constituídas com o propósito específico de exploração de linhas de transmissão de energia elétrica tendo como objetos sociais planejar, implantar, construir, operar e manter instalações de transmissão de energia elétrica e serviços correlatos. Por se tratar de uma concessionária de serviço público de transmissão de energia elétrica, suas atividades são regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL).

  Os serviços de operação e manutenção do sistema de transmissão são realizados por terceiros, sob a supervisão e fiscalização de cada Companhia.

A Receita Anual Permitida - "RAP", de acordo com o Contrato de Concessão a partir do 16º ano de operação comercial será reduzida em 50% do valor vigente no 15º ano até o final do prazo de concessão.

- As Companhias geradoras de energia são empresas com propósito específico, cujo principal objetivo é a construção, operação e exploração do potencial de energia hidráulica e foram constituídas da seguinte forma:

  - Usinas Hidrelétricas - UHEs - empreendimentos cuja potência instalada é superior a 30MW, que é o caso da Foz do Rio Claro Energia S.A. e Ijuí Energia S.A.; e

  - Pequenas Centrais Hidrelétricas - PCHs - empreendimentos cuja potência instalada é no máximo até 30MW, que é o caso da Usina Paulista Lavrinhas de Energia S.A. e da Usina Paulista Queluz Energia S.A.

Os principais saldos integrais das demonstrações contábeis das controladas em conjunto em 31 de dezembro de 2008 e 2007 cuja consolidação foi efetuada proporcionalmente são como segue:

- ECTE - Empresa Catarinense de Transmissão de Energia S.A.

	2008	2007
Ativo		
Circulante	21.479	21.495
Não circulante	133.736	137.017
Total do ativo	155.215	158.512
Passivo		
Circulante	31.843	26.649
Não circulante	60.606	72.018
Patrimônio líquido	62.766	59.845
Total do passivo	155.215	158.512

	2008	2007
Demonstrações de resultados		
Receita bruta dos serviços prestados	54.032	49.549
Deduções da receita	(3.838)	(3.496)
Receita líquida	50.194	46.053
Custos dos serviços prestados	(6.653)	(6.460)
Lucro bruto	43.541	39.593
Despesas gerais e administrativas	(1.498)	(1.196)
Resultado financeiro líquido	(10.656)	(10.536)
Lucro operacional	31.387	27.861
Imposto de renda e contribuição social	(10.003)	(9.586)
Lucro líquido do exercício	21.384	18.275

- Companhia Transudeste de Transmissão

	2008	2007
Ativo		
Circulante	6.518	5.910
Não circulante	80.064	82.122
Total do ativo	86.582	88.032
Passivo		
Circulante	9.927	11.688
Não circulante	42.657	43.894
Patrimônio líquido	33.998	32.450
Total do passivo	86.582	88.032

	2008	2007
Demonstrações de resultados		
Receita bruta dos serviços prestados	14.037	11.240
Impostos sobre serviços	(1002)	(797)
Receita líquida	13.035	10.443
Custos dos serviços prestados	(3.413)	(2.803)
Lucro bruto	9.622	7.640
Despesas gerais e administrativas	(486)	(446)
Resultado financeiro, líquido.	(6.878)	(3.045)
Outros	(1)	-
Lucro operacional	2.257	4.149
Imposto de renda e contribuição social	(92)	(936)
Lucro líquido do exercício	2.165	3.213

5 Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	2008	2007	2008	2007
Caixa	10	1	8	42
Bancos - Depósitos a vista	3.174	877	53.014	25.288
Aplicações financeiras	1.524	-	130.065	220.258
	4.708	878	183.087	245.588

As aplicações financeiras referem-se substancialmente a certificados de depósitos bancários e fundos de renda fixa, remuneradas a taxas que variam entre 80,0% e 112,0% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) e são consideradas instrumentos financeiros a valor justo através do resultado.

6 Contas a receber - Consolidado

	2008	2007
Encargos de uso de transmissão faturados, a receber	73.497	19.748
Encargos do uso de transmissão a faturar **(a)**	-	47.476
	73.497	67.224

(a) Refere-se a apuração do valor a receber das concessionárias, informado mensalmente pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), a ser faturado no mês seguinte, para recebimento em três parcelas iguais e sucessivas.

7 Devedores diversos - Controladora

	2008	2007
TL Investimentos em Sistema de Transmissão Ltda.	7.134	-

Em 2 de abril de 2008, foi firmado o contrato de compra e venda de ações entre a Alupar Investimento S.A. (vendedora) e a TL Investimentos em Sistema de Transmissão Ltda. (compradora), cujo objeto é a venda de 13.450.000 ações ordinárias da Transminas Holding S.A., as quais correspondem a 29,98% das ações ordinárias detidas pela Alupar no capital da Transminas.

Em virtude da aquisição a compradora pagará à vendedora o valor global de R$ 14.068, os quais serão pagos da seguinte forma: R$ 12.534 em espécie nos vencimentos pactuados, dos quais já foram pagos R$ 7.520; e o saldo R$ 1.534, será pago mediante cessão dos dividendos futuros a que fará jus a compradora a partir da data da transferência das ações, sendo o mesmo corrigido em IGPM a partir da assinatura do contrato até sua efetiva liquidação.

As ações foram transferidas na sede da Transminas na data da assinatura do contrato, mediante penhor da totalidade das ações, constituído pela compradora em favor da vendedora. Referido penhor permanecerá válido até a data do pagamento final de todo preço de venda.

8 Impostos a recuperar

Por força de determinações legais, a Companhia e suas controladas e controladas em conjunto sofreram as retenções e/ou procedeu as antecipações para posterior compensação de tributos e contribuições. Os saldos finais consolidados estão assim distribuídos:

	Controladora	Consolidado	
	2008	**2008**	**2007**
Impostos a recuperar			
Circulante			
IRRF	4.937	10.248	2.706
IRPJ	-	1.420	889
CSLL	-	46	423
PIS	5	424	695
COFINS	23	2.013	3.183
INSS	-	181	13
Outros	-	785	725
	4.965	15.117	8.634
Não circulante			
COFINS	-	7.838	8.147
PIS	-	1.641	1.769
Imposto de renda diferido	-	358	-
	-	9.837	9.916
Total	-	24.954	18.550

9 Estoques - Consolidado

	2008	2007
Material de almoxarifado	14.168	12.913

Os materiais de almoxarifado compreendem basicamente, peças destinadas a manutenções das linhas de transmissões da ECTE, EATE, ETEP, ENTE e ERTE e estão avaliados ao preço do custo de aquisição, que não excedem ao valor de reposição.

10 Partes relacionadas

Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2008 e 2007, assim como as transações que influenciaram o resultado do exercício, relativas a operações com partes relacionadas, decorrem de transações da Companhia com: sua controladora, controladas, controladas em conjunto, profissionais-chave da administração e outras partes relacionadas

Todas as transações foram realizadas nas condições usuais de mercado e podem ser assim demonstradas:

	Controladora		Consolidado	
	2008	2007	2008	2007
Ativo				
Circulante	35.775	19.658	-	-
Contrato de mútuo	496	-	-	-
ETES	496	-	-	-
Dividendos a receber	23.886	19.658	-	-
Transminas Hoding S.A.	705	484	-	-
EATE	6.600	6.663	-	-
ENTE	5.803	4.841	-	-
ERTE	1.999	1.159	-	-

	Controladora		Consolidado	
	2008	**2007**	**2008**	**2007**
ETEP	2.027	1.755	-	-
ECTE	2.177	1.736	-	-
STN	4.532	3.013	-	-
LUMITRANS	43	7	-	-
Juros sobre capital próprio	11.393	-		
STN	5.701	-	-	-
EATE	2.660	-	-	-
ENTE	1.748	-	-	-
ETEP	764	-	-	-
ECTE	520	-	-	-

	Controladora		Consolidado	
	2008	**2007**	**2008**	**2007**
Não circulante	28.634	27.427	-	-
Adiantamento para futuro aumento de capital	28.634	27.427	-	-
Ijuí Energia S.A. (a)	-	14.941	-	-
Foz do Rio Claro S.A. (a)	-	12.481	-	-
Transminas Holding S.A.	20	5	-	-
ETES	18.114	-	-	-
STC	7.000	-	-	-
Lumitrans	3.500	-	-	-
Total do ativo	64.409	47.085	-	-

	Controladora		Consolidado	
	2008	**2007**	**2008**	**2007**
Passivo				
Circulante	45.018	45.328	45.018	45.472
Contratos de mútuo	45.018	9.552	45.018	9.552
Guarupart Participações Ltda.	45.018	2.723	45.018	2.723
Alusa Engenharia Ltda.	-	6.828		6.828

	Controladora		Consolidado	
	2008	**2007**	**2008**	**2007**
Cessão de crédito	-	20.947	-	20.947
Guarupart Participações Ltda.	-	20.947	-	20.947
Termos de compromissos	-	14.829	-	14.829
Alusa Engenharia Ltda.	-	524	-	524
Guarupart Participações Ltda.	-	14.305	-	14.305
Outros créditos	-	-	-	144
Não circulante				
Adiantamento para futuro aumento de Capital	-	1.701	-	1.701
Guarupart Participações Ltda;	-	1.701	-	1.701
Total do passivo	45.018	47.029	45.018	47.173

Contrato de Mútuo

Os contatos de mútuos são atualizados a taxa de 10% a.a. cujo vencimento se dará no final do ano de 2009.

Garantias

Em 27 de março de 2007, a Companhia autorizada a prestar aval em favor da Guarupart Participações Ltda., sucessora e incorporadora da Companhia Técnica de Engenharia Elétrica nas Cédulas de Crédito Bancário de emissão da Guarupart Participações Ltda. antiga Companhia Técnica de Engenharia Elétrica, celebradas com o UNIBANCO, ABN Amro Bank - Banco Real S.A., Banco Votorantim S.A. e Banco Itaú BBA S.A., no montante total de até R$ 300,0 milhões.

Em 28 de setembro de 2007, a Companhia foi autorizada por seu Conselho de Administração a prestar aval em favor da Guarupart nas Cédulas de Crédito Bancário de emissão da Guarupart celebradas com o Banco ABC Brasil S.A., no montante total de até R$ 15,0 milhões.

Em 4 de dezembro de 2007, a Companhia foi autorizada pelo seu Conselho de Administração a prestar quaisquer garantias, inclusive caução de títulos, direitos creditórios, aplicações financeiras, avais, fianças e penhor da totalidade das ações nominativas de emissão da empresa Sistema de Transmissão Catarinense S.A. (STC), de sua propriedade, nos contratos de financiamentos, mediante abertura de créditos a serem celebrados com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

Em 11 de fevereiro de 2008, a Companhia foi autorizada pelo seu Conselho de Administração a prestar quaisquer garantias, inclusive caução de títulos, direitos creditórios, aplicações financeiras, avais, fianças e penhor da totalidade das ações nominativas de emissão das Companhias Foz do Rio Claro Energia S.A. e Ijuí Energia S.A., de sua propriedade, nos contratos de financiamentos, mediante abertura de créditos a serem celebrados com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

Em 13 de outubro de 2008, a Companhia foi autorizada por seu Conselho de Administração a prestar aval nas Cédulas de Crédito Bancário de emissão das controladas: Foz do Rio Claro Energia S.A. no montante de até R$ 112 milhões; Ijui Energia S.A. no montante de até R$ 65 milhões; e Empresa de Transmissão do Espírito Santo S.A. (ETES) no montante de até R$ 16 milhões. Referidas Cédulas de Créditos foram celebradas junto ao Unibanco S.A. e ao Banco Votorantim S.A.

Em 15 de dezembro de 2008, a Companhia foi autorizada pelo seu Conselho de Administração a prestar quaisquer garantias, inclusive caução de títulos, direitos creditórios, aplicações financeiras, avais, fianças e penhor da totalidade das ações nominativas de emissão das Companhias Usinas Paulista Queluz de Energia S.A. e Usinas Paulista Lavrinhas de Energia S.A. de sua propriedade, nos contratos de financiamentos, mediante abertura de créditos a serem celebrados com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), conforme decisões de Diretoria nº 975 e 976 de 10 de novembro de 2008, respectivamente. Bem como, renovar as garantias inclusive caução de títulos, direitos creditórios, aplicações financeiras, avais, fianças e penhor da totalidade das ações nominativas de emissão da empresa Sistema de Transmissão Nordeste S.A. (STN) em seu contrato de financiamento firmado junto ao Banco do Nordeste do Brasil S.A. (BNB).

Outros contratos

A Companhia e as suas controladas e controladas em conjunto poderão celebrar contratos de engenharia e construção com outras empresas do Grupo Alusa.

A política consiste em não operar com as empresas do Grupo Alusa para o desenvolvimento das atividades de geração e transmissão de energia, bem como dos nossos outros projetos de infra-estrutura. Em todos os casos em que as subsidiárias celebraram, ou possam vir a celebrar, contratos com o Grupo Alusa, além de sempre ser necessária a anuência prévia da ANEEL, necessariamente atendemos aos preços e às condições usuais de mercado.

Em 31 de dezembro de 2008, encontram-se em aberto: Contratos de EPC celebrados entre a Alusa Engenharia Ltda. e as controladas Lavrinhas e Queluz, cujos prazos para conclusão das obras estão previstos para 2009; e Contratos de Engenharia do Proprietário celebrados entre a Alusa Engenharia Ltda. e as controladas ETES (obra concluída em dezembro de 2008), Ijuí e Foz do Rio Claro, cujos prazos para conclusão das obras estão previstos para 2010.

Remuneração de administradores da companhia - controladora

Em atendimento ao Pronunciamento Técnico CPC nº 05, aprovado pela Deliberação CVM nº 560/08 de 11 de dezembro de 2008, a Companhia apresenta a seguir os valores pagos e os benefícios concedidos a seus administradores e conselheiros durante o exercício de 2008:

	2008	
Benefícios	**Diretoria**	**Conselho de Administração**
Benefícios de curto prazo	2.495	882
Salários e encargos sociais	2.318	882
Gratificações	165	-
Aluguel de veículo	12	-

Benefícios não monetários	34	-
Assistência médica	30	-
Seguro de vida em grupo	4	-
Benefícios pós-emprego	84	-
Previdência privada	84	-
Total geral	2.613	882

11 Investimentos

a. Movimentação do exercício

	Saldo em 01/01/08	Adições/ (Baixas)	Dividendos Declarados/ JCP	Equivalência patrimonial	Saldo em 31/12/08
Investimentos avaliados pela equivalência patrimonial					
Transminas Holding S.A.	46.416	(13.872)	(2.157)	3.358	33.745
EATE	96.478	7.096	(30.227)	38.362	111.709
ECTE	23.938	-	(7.997)	9.166	25.107
ENTE	77.677	-	(20.891)	24.527	81.313
ERTE	15.918	-	(4.555)	4.547	15.910
ETEP	28.085	1.340	(8.605)	11.541	32.361
STN	114.753		(20.278)	22.909	117.384
STC	55.856	(43.508)		(88)	12.260
Lumitrans	25.131	(21.130)	(37)	367	4.331
Foz do Rio Claro Energia	1	41.007			41.008
Ijuí Energia	1	42.057			42.058
Queluz	1.287	10.013			11.300
Lavrinhas	1.007	9.952			10.959
ETES	-	1		(91)	(90)
	486.548	32.956	(94.747)	114.498	539.355
Outros investimentos	1	-	-	-	1
	486.549	32.956	(94.747)	114.598	539.356

Em 2 de abril de 2008, a Companhia vendeu 29,98% de sua participação acionária na Transminas Holding S.A. (vide mais detalhes na Nota Explicativa nº 7).

Os aumentos de capitais realizados nas empresas Foz do Rio Claro S.A. e Ijuí Energia S.A., foram aprovados em Reuniões dos Conselhos de Administração das respectivas empresas, realizadas em 5 de setembro de 2008 e, foram integralizados naquela data pela Companhia, em parte com recursos enviados anteriormente à título de adiantamentos para futuro aumento de capital (AFAC).

Em 29 de setembro de 2008, foram realizados aumentos de capitais nas empresas Usina Paulista Queluz de Energia S.A. e Usina Paulista Lavrinhas S.A., mediante incorporação dos saldos das contas de reservas de capital, decorrentes dos ágios pagos pela Companhia conforme AGEs datadas de 18 de setembro de 2007 nas respectivas empresas. O aumento de capital foi subscrito e integralizado por todos os acionistas das empresas na proporção de suas respectivas participações.

Em 30 de setembro de 2008, foram realizados aumentos de capitais nas empresas Usina Paulista Queluz de Energia S.A. e Usina Paulista Lavrinhas S.A., mediante aprovações em Reuniões dos Conselhos de Administração das respectivas empresas, realizadas nesta data. Os aumentos de capitais foram parcialmente integralizados naquela data, pelas acionistas Alupar Investimento S.A. e Enixe Energia e Participações Ltda., na proporção de suas respectivas participações, com recursos enviados anteriormente, à título de adiantamentos para futuro aumento de capital (AFAC).

Em 30 de outubro de 2008, foi concretizada a venda de 80,0% das 60.359.997 ações ordinárias, as quais representam 99,99% do capital social da Sistema de Transmissão Catarinense S.A. (STC), detidas pela Companhia, para sua controlada Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A. (EATE), pelo valor de R$ 56.779.

Em 30 de outubro de 2008, foi concretizada a venda de 80,0% das 26.666.289 ações ordinárias, as quais representam 94,99% do capital social da Lumitrans Companhia Transmissora de Energia Elétrica, detidas pela Companhia, para sua controlada Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A. (EATE), pelo valor de R$ 32.455.

Essas duas últimas transações geraram um ganho para a Companhia de R$ 18.530, o qual está registrado no resultado do exercício na linha de outros resultados.

b. Informações das investidas

Os investimentos em controladas e controladas em conjunto estão representados por:

	2008														
	Transminas Holding	**EATE**	**ECTE**	**ENTE**	**ERTE**	**ETEP**	**STN**	**STC**	**Lumitrans**	**Foz do Rio Claro**	**Ijuí**	**Queluz**	**Lavrinhas**	**ETES**	**Total**
Capital social - quantidade de ações ou quotas total	44.860.000	180.000.010	42.095.000	100.840.000	23.400.000	45.000.010	198.000.000	61.360.000	28.070.000	41.008.200	84.100.000	45.182.136	43.817.126	1.000	
Quantidade de ações ou quotas possuídas	31.409.998	60.834.525	16.838.146	50.420.144	11.700.144	17.155.868	100.979.997	12.271.997	4.210.289	41.008.197	42.058.407	11.300.320	10.959.038	997	
Ordinárias	31.409.499	46.000.150	16.838.146	50.420.144	11.700.144	13.500.150	100.979.997	12.271.997	4.210.289	41.008.197	42.058.407	11.300.320	10.959.038	997	
Preferenciais	499	14.834.375	-	-	-	3.655.718	-	-	-	-	-	-	-	-	
Patrimônio líquido	48.193	330.527	62.766	162.626	31.819	84.882	230.164	61.302	28.876	41.008	84.100	45.182	43.817	(90)	
Resultado do exercício	4.237	108.265	22.915	48.479	9.093	28.990	44.503	1.117	1.028	-	-	-	-	(91)	
Participação no capital social, no final do período	70,02%	33,80%	40,00%	50,00%	50,00%	38,12%	51,00%	20,00%	15,00%	99,99%	50,01%	25,01%	25,01%	99,70%	
Participação no patrimônio líquido	33.745	111.709	25.107	81.313	15.910	32.361	117.384	12.260	4.331	41.008	42.058	11.300	10.959	(90)	539.355

	2007														
	Transminas Holding	**EATE**	**ECTE**	**ENTE**	**ERTE**	**ETEP**	**STN**	**STC**	**Lumitrans**	**Foz do Rio Claro**	**Ijuí**	**Queluz**	**Lavrinhas**	**ETES**	**Total**
Capital social - quantidade de ações ou quotas total	44.860.000	180.000.010	42.095.000	100.840.000	23.400.000	45.000.010	198.000.000	57.030.355	26.512.000	1.000	1.000	1.340.005	1.020.005	1.000	
Quantidade de ações ou quotas possuídas	44.859.998	55.839.942	16.838.146	50.420.144	11.700.144	16.177.760	100.979.997	57.030.352	25.108.289	997	997	670.005	510.005	997	
Ordinárias	44.859.499	46.000.150	16.838.146	50.420.144	11.700.144	13.500.150	100.979.997	57.030.352	25.108.289	997	997	670.005	510.005	997	
Preferenciais	499	9.839.792	-	-	-	2.677.610	-	-	-	-	-	-	-	-	
Patrimônio líquido	46.416	311.021	59.844	155.354	31.836	78.123	225.006	55.856	26.534	1	1	2.574	2.014	1	
Resultado do exercício	2.038	90.443	18.274	40.767	9.755	20.556	24.876	(1.174)	29	-	-	-	-	-	
Participação no capital social, no final do período- %	100,00%	31,02%	40,00%	50,00%	50,00%	35,95%	51,00%	100,00%	94,71%	99,70%	99,70%	50,00%	50,00%	99,70%	
Participação no patrimônio líquido	46.416	96.478	23.938	77.677	15.918	28.085	114.753	55.856	25.130	1	1	1.287	1.007	1	486.548

12 Imobilizado - Consolidado

a. Composição

	Taxas anuais de depreciação	2008	2007
Em serviço			
Custo		2.480.076	2.436.617
Transmissão		2.478.347	2.436.006
Terrenos	-	562	374
Edificações	4%	15.068	13.222
Máquinas e Equipamentos	2,5 a 10%	2.460.864	2.420.877
Veículos	20%	1.213	998
Móveis e utensílios	10%	640	535
Administração	10%	1.729	611
(-) Depreciação acumulada		(268.811)	(200.234)
Transmissão		(268.673)	(200.075)
Edificações		(1.597)	(1.061)
Máquinas e equipamentos		(266.553)	(198.650)
Veículos		(391)	(290)
Móveis e utensílios		(132)	(74)
Administração		(138)	(159)
Total em Serviço		2.211.265	2.236.383
Em curso			
Transmissão		75.801	38.962
Geração		424.750	66.643
Administração		10.423	2.311
Total em curso		510.974	107.916
Total imobilizado		2.722.239	2.344.299

13 Intangível - Consolidado

	Taxas anuais de amortização	2008	2007
Em serviço			
Custo		18.227	10.276
Ágio na aquisição de ações		7.910	1.114
Servidões	10%	9.607	8.754
Outros	10%	710	408
(-) Amortização acumulada		(3.062)	(2.557)
Servidões		(3.045)	(2.346)
Outros		(17)	(211)
Total em serviço		15.165	7.719
Em curso			
Custo		3.158	3.155
Servidões		2.659	2.286
Outros		499	869
Total em curso		3.158	3.155
Total do intangível		18.323	10.874

Em atendimento aos Pronunciamentos Técnicos CPC nº 01 e 04, aprovados pelas Deliberações CVM nº 527/08 e 553/08, respectivamente, os ativos intangíveis com tempo de vida útil indefinida ou ainda não disponível para uso, bem como o ágio decorrente da expectativa de rentabilidade futura foram testados com relação ao valor recuperável no exercício de 2008, não havendo perdas a serem reconhecidas sobre os mesmos.

Ágio na aquisição de ações

Os ágios têm como fundamento econômico a perspectiva de rentabilidade futura durante o prazo de exploração da concessão e está sendo amortizado de acordo com as curvas de amortização autorizadas pela ANEEL nos empreendimentos regulados por esta Agência.

Os ágios registrados pela Companhia foram originários dos investimentos nos seguintes empreendimentos e estão assim distribuído em 31 de dezembro de 2008:

	2008
Empreendimentos pré-operacionais	
PCH Queluz	2.665
PCH Lavrinhas	5.245
	7.910

14 Empréstimos e financiamentos

	Controladora		**Consolidado**	
	2008	**2007**	**2008**	**2007**
Arrendamento mercantil				
Banco J. Safra - Leasing	481	100	481	100
Banco Real - Vendor	9	-	9	-
	490	100	490	100
Notas promissórias (a)	94.127	-	94.127	-
Financiamento de bens (b)				
Moeda nacional				
BNDES	-	-	909.664	748.129
Banco do Nordeste do Brasil	-	-	282.872	296.016
Banco Unibanco	-	-	59.009	121.106
BRDE	-	-	22.847	4.562
Banco Industrial	-	-	1.302	1.521

	Controladora		Consolidado	
	2008	**2007**	**2008**	**2007**
Banco do Brasil	-	-	3.893	4.562
BDMG	-	-	57.584	61.615
Banco Itaú BBA	-	-	83.026	-
Banco Santander	-	-	16.097	17.562
Banco Safra	-	-	-	-
Banco Votorantim	-	-	31.786	-
	-	-	1.468.080	1.255.073
Moeda estrangeira				
Banco J. Safra	-	15.350	-	15.350
Banco Itaú BBA	-	-	-	30.782
Banco Unibanco	-	40.366	28.687	123.944
Banco ABC Brasil	-	-	-	-
Banco Santander	-	-	4.421	3.515
BNDES	-	-	116.559	98.718
BDMG (PEM).	-	-	14.094	11.908
Resultado Operação *Swap*	-	-	1.149	
	-	55.716	164.910	284.217
Total	94.617	55.816	1.727.607	1.539.390
(-) Parcelas vincendas em curto prazo	94.328	55.750	407.915	407.663
Parcelas vincendas em longo prazo	289	66	1.319.692	1.131.727

(a) Distribuição Pública de Notas Promissórias de 2ª Emissão

Em 16 de outubro de 2008, em reunião do Conselho de Administração, foi aprovada a 2ª emissão de Notas Promissórias pela Companhia, as informações resumidas da distribuição da emissão das Notas Promissórias foram publicada no jornal Valor Econômico de outubro de 2008.Apresentamos a seguir as informações resumidas das principais características da emissão das Notas Promissórias:

- Coordenador líder: União de Bancos Brasileiros S.A. - Unibanco;
- Valor total de emissão: R$ 92.000 (noventa e dois milhões de reais);
- Número de série: série única;
- Quantidade: a emissão foi composta por 46 (quarenta e seis) Notas Promissórias;
- Valor nominal unitário: R$ 2.000;
- Data de emissão: 17 de novembro de 2008;
- Destinação dos recursos: os recursos captados por meio da Emissão foram utilizados para pagamento integral de principal e juros da 1ª Emissão de Notas Promissórias da Companhia;
- Condições de remuneração: sobre o valor nominal da Notas Promissórias, incidirão juros remuneratórios, desde a data de emissão até a data de vencimento, de 148% da taxa média diária dos Depósitos Interfinanceiros, denominada taxa DI Over "extra grupo", base de 252 dias, apurada e divulgada diariamente pela CETIP;
- Prazo de vencimento: as Notas Promissórias terão prazo de vencimento de até 90 (noventa) dias corridos a contar da data de emissão de cada Nota Promissória;
- Garantia: as Notas Promissórias foram avalizadas pela Companhia Técnica de Engenharia Elétrica, controladora da Companhia.

As Notas Promissórias foram quitadas no vencimento, em 16 de fevereiro de 2009.

(b) Financiamento de bens

Os financiamentos de bens correspondem aos recursos captados pela Companhia e suas controladas e controladas em conjunto e estão sujeitos aos seguintes encargos:

Moeda nacional

Os financiamentos de bens estão sujeitos a atualização pela Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), pelo Índice Geral de Preços do Mercado (IGPM) ou pelo Certificado de Depósito Interfinanceiro (CDI), conforme o caso, com *spread* de 2,4 a 13% ao ano sobre o saldo devedor.

Moeda estrangeira

Os contratos de financiamentos em moeda estrangeira correspondem aos recursos captados pela Companhia e suas controladas, conforme a seguir:

- Companhia Transudeste de Transmissão e Companhia Transirapé de Transmissão, junto ao BNDES e demais instituições financeiras. Os saldos devedores são atualizados diariamente, a partir da data de liberação dos recursos, pela média ponderada das variações cambiais incidentes sobre os recursos captados pelo BNDES em moedas estrangeiras, a taxas que variam de 4,0% a 4,5% ao ano acima da taxa variável reajustada, calculada com base no custo médio ponderado de todas as taxas e despesas incorridas pelo BNDES na captação dos recursos.

- Companhia Transleste de Transmissão junto ao BDMG, oriundo dos recursos captados BNB em moeda estrangeira originários do Programa de Expansão de Mercados para Pequenas e Médias Empresas no Nordeste do Brasil (PEM) e repassados pelo BDMG. Está sujeito a encargos de 5% ao ano acima da taxa variável definida com base na taxa de juros devida pelo BNB ao BID.

- Ijuí Energia S.A. possui 5 (cinco) contrato de empréstimos junto ao Unibanco, no valor original de US$ 12,218. Estes contratos são atualizados pela variação cambial + 7%a.a. Para mitigar os efeitos das variações cambiais destas operações a Foz contratou derivativos - *swap,* com atualizações a base de 148% a.a da variação do CDI.

Vide mais detalhes sobre os contratos de *swap*, na Nota Explicativa nº 21 que trata dos Instrumentos Financeiros contratados pela Companhia e Controladas.

Os vencimentos anuais dos empréstimos e financiamentos em longo prazo são os seguintes:

	2008	2007
2010	150.500	128.560
2011	155.893	129.235
2012	156.854	129.912
2013	158.007	131.016
2014	158.284	132.178
Após 2014	540.154	480.826
Total	1.319.692	1.131.727

Os empréstimos e financiamentos estão garantidos por avais, recebíveis e penhor dos direitos emergentes da concessão e caução das ações ordinárias das empresas de energia.

Alguns dos contratos de financiamento nos exigem manter certos índices financeiros ou cumprir outras obrigações específicas. Qualquer inadimplemento aos termos de nossos contratos de financiamentos que não seja sanado ou perdoado pelos respectivos credores poderá resultar no vencimento antecipado do saldo devedor da respectiva dívida, bem como o vencimento antecipado de dívidas de outros contratos de financiamento e a cobrança de juros e multa.

15 Contribuições e impostos a recolher

	Controladora		Consolidado	
	2008	2007	2008	2007
IRRF	5	9	4.552	81
IRPJ	8	-	12.137	14.080
CSLL	-	-	18.394	20.040
PIS	221	-	675	294
COFINS	1.019	-	2.848	1.359
ICMS	-	-	37	18
INSS	1	2	1.094	835
Outros	38	9	1.782	627
	1.292	20	41.519	37.334

16 Benefícios fiscais

a. Redução do imposto de renda

Algumas de nossas controladas e controladas em conjunto são titulares de benefícios fiscais federais que garantem a redução de imposto de renda na região da Superintendência de Desenvolvimentos da Amazônia (SUDAM) e da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE). Com fundamento na Medida Provisória nº 2.199-14, de 24 de agosto de 2001, do Governo Federal, as empresas ETEP, EATE, ERTE, ENTE e STN são titulares de benefícios fiscais federais que garantem redução de 75% do imposto de renda, inclusive adicional, sobre o lucro da exploração de empreendimentos instalados na região da SUDAM e da SUDENE, pelo prazo de 10 anos. A fruição do benefício fiscal dá-se a partir do ano-calendário subseqüente à entrada em operação do projeto, segundo laudo expedido pela SUDAM e SUDENE. Até o presente momento, diversamente das demais transmissoras da Alupar, a ERTE não está usufruindo da redução de imposto de renda por ter optado pelo lucro presumido.

b. Diferimento do ICMS

As empresas STN, Lumitrans e STC utilizaram o diferimento do diferencial de alíquota do ICMS decorrente da aquisição de bens de outras unidades da federação destinados ao seu ativo imobilizado conforme legislação dos Estados em que estão localizadas as respectivas linhas de transmissão. No caso da STN, o Decreto nº 11.538, de 16 de novembro de 2004, do Piauí e Decreto nº 27.587, de 14 de outubro de 2004, do Ceará prevêem o diferimento de 80% do diferencial de alíquota devido a cada Estado, a partir de 14 de outubro de 2004 e 16 de novembro de 2004, respectivamente, nas operações interestaduais de aquisição de máquinas, aparelhos, materiais, equipamentos, suas peças e partes, adquiridos até 31 de dezembro de 2005. No caso da Lumitrans e STC, os Processos PSEF 0438/064, de 12 de junho de 2006 e PSEF 70128/06, e de 26 de junho de 2006, ambos de Santa Catarina prevêem pelo prazo de 1 ano o diferimento de 100% do diferencial de alíquota devido no Estado, a partir de 12 de junho de 2006 e de 26 de junho de 2006, respectivamente.

c. Redução do ICMS

A empresa Foz do Rio Claro Energia, ainda em fase pré-operacional, obteve a redução para 60% da base de cálculo do ICMS para aquisição de bens destinados ao seu ativo imobilizado, por prazo indeterminado, a partir de 22 de agosto de 2007, conforme Decreto nº 6.662, de 22 de agosto de 2007, do Estado de Goiás.

17 Provisão para compensação ambiental

Como parte do processo de licenciamento, as companhias controladas e controladas em conjunto são obrigadas a realizar investimentos em unidades de conservação, de modo a compensar o impacto ambiental causado por suas atividades (geração e transmissão de energia elétrica). Para tanto, o IBAMA determina o valor a ser investido e a destinação de tal investimento. O valor do investimento em compensação ambiental deve ser equivalente a pelo menos 0,5% do valor total dos investimentos em um empreendimento, assim, em 31 de dezembro de 2008 está provisionado o montante de R$ 10.080 (2007 - R$ 10.456).

18 Patrimônio líquido

a. Capital social

O capital social da Companhia no valor total de R$ 404.001, está representado por 134.667.000 ações ordinárias, todas nominativas, sem valor nominal.

A composição acionária da Companhia em 31 de dezembro de 2008 é a seguinte:

Acionista	**Capital integralizado**	**Participação %**
Guarupart Participações Ltda.	134.666.993	100,00
Membros do Conselho de Administração	7	-
	134.667.000	100,00

Em 31 de dezembro de 2008, a Cia. Técnica de Engenharia Elétrica, controladora da Alupar, deliberou em Assembléia Geral Extraordinária, a apreciação e concomitante aprovação do Protocolo de Intenções e Justificação firmado em 30 de dezembro de 2008, acerca da sua incorporação pela Guarupart Participações Ltda. Com a aprovação unânime do Protocolo, a Cia. Técnica foi declarada extinta sendo que a incorporadora Guarupart, na qualidade de sucessora da Cia. Técnica assumirá todos os direitos e obrigações da sociedade extinta nesta data.

b. Reservas de lucros

- *Reserva legal*

  A reserva legal é constituída com base em 5% do lucro líquido do exercício limitada a 20% do capital social.

- *Reserva especial de dividendos*

  Os lucros remanescentes são mantidos na conta de reserva à disposição da Assembléia, para sua destinação.

c. Dividendos propostos

As demonstrações contábeis registram as propostas da administração, sujeita à aprovação dos Acionistas em Assembléia Geral, para distribuição de dividendos mínimos exigido pelo Estatuto da empresa (25% do Lucro Líquido após apropriação da Reserva Legal).

Os dividendos referentes ao exercício de 2008 foram calculados conforme segue:

	Controladora
Lucro líquido do exercício	97.569
(-) Reserva legal	(4.878)
Base de cálculo	92.691
Dividendos propostos - 25%	23.172

19 Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	2008	**2007**	**2008**	**2007**
Despesas financeiras				
Encargos e variações monetárias sobre empréstimos e financiamentos	22.406	848	209.865	45.286
Outras	876	378	26.182	1.712
	23.282	1.226	236.047	46.998
Receitas financeiras				
Outras	1.529	3	32.965	10.065
	1.529	3	32.965	10.065

20 Instrumentos financeiros

A Companhia e suas controladas e controladas em conjunto mantêm operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A contratação de instrumentos financeiros com o objetivo de proteção é feita por meio de uma análise periódica da exposição ao risco que a administração pretende cobrir (câmbio, taxa de juros e etc.) o qual é aprovado pelo Conselho de Administração. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado.

Os valores de mercado dos instrumentos financeiros, ativos e passivos tais como: caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, mútuos, adiantamento para futuro aumento de capital, impostos a recuperar, investimentos e empréstimos e financiamentos da Companhia e suas controladas e controladas em conjunto, em 31 de dezembro de 2008, registrados em contas patrimoniais, não apresentam valores de mercado significativamente diferentes dos reconhecidos nas demonstrações contábeis, considerando os critérios de mensuração de cada um.

Os valores de realização estimados de ativos e passivos financeiros da Companhia e suas controladas e controladas em conjunto foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliações. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequada. Como conseqüência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados.

De acordo com a Deliberação CVM nº 550, de 17 de outubro de 2008 e Instrução CVM n°475 de 17 de dezembro de 2008, estamos divulgando informações qualitativas e quantitativas sobre instrumentos financeiros derivativos, reconhecidos ou não como ativos ou passivos em nosso balanço patrimonial e também a análise da sensibilidade de risco dos referidos instrumentos financeiros.

As informações requeridas aplicáveis à Companhia e suas controladas e controladas em conjunto estão a seguir apresentadas:

a. Política de utilização de instrumentos financeiros

A Companhia e suas controladas e controladas em conjunto têm como política a eliminação dos riscos de mercado, evitando assumir posições expostas a flutuações de valores de mercado e operando apenas instrumentos que permitam controles de riscos. Todos os contratos de derivativos são com operações de *swap*, todas registradas na CETIP. A Companhia e suas controladas e controladas em conjunto não efetuam aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela administração da companhia.

b. Administração financeira de risco

O Conselho de Administração tem responsabilidade geral pelo estabelecimento e supervisão do modelo de administração de risco da Companhia. O Conselho de Administração estabeleceu um Comitê de Finanças, Auditoria e Partes Relacionadas, que é responsável pelo desenvolvimento e monitoramento das políticas de administração de risco e tem feito isto por meio da identificação das exposições e correlações entre os diferentes fatores de risco.

As políticas de administração de risco da Companhia e suas controladas e controladas em conjunto foram estabelecidas a fim de identificar e analisar riscos enfrentados pela Companhia e suas controladas e controladas em conjunto, para estabelecer apropriados limites de riscos e monitorar controles e aderência aos limites. As políticas são revisadas regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia e suas controladas e controladas em conjunto.

A Companhia e suas controladas e controladas em conjunto possuem os seguintes riscos associados à utilização de seus instrumentos financeiros:

- **Risco de mercado**

  É o risco de que mudanças de mercado, como mudanças nas taxas de cambio, nas taxas de juros e de preços irão afetar as receitas da Companhia e suas controladas e controladas em conjunto ou o valor de seus instrumentos financeiros.
- **Risco de taxas de câmbio**

  Os resultados da Companhia e suas controladas e controladas em conjunto são suscetíveis a variações cambiais significativas decorrentes das operações de financiamento e empréstimos contratados em moeda estrangeira.

  A Companhia e suas controladas e controladas em conjunto utilizam instrumentos financeiros derivativos para proteger ou reduzir os custos financeiros das operações de financiamentos.

  A contratação de operações de instrumentos financeiros derivativos de *swaps*, por objetivo minimizar riscos em operações de empréstimos e financiamentos em moedas estrangeiras. De acordo com suas políticas financeiras, a Companhia e suas controladas e controladas em conjunto, não tem efetuado operações envolvendo instrumentos financeiros que tenham caráter especulativo.

- **Risco de taxas de juros**

  Decorre da possibilidade de a Companhia e suas controladas e controladas em conjunto sofrerem ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia e suas controladas e controladas em conjunto buscam diversificar a captação de recursos em termos de taxas prefixadas ou pós-fixadas, e em determinadas circunstâncias são efetuadas operações de swap para travar o custo financeiro das operações.

- **Risco de estrutura de capital**

  Decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Companhia e suas controladas e controladas em conjunto fazem para financiar suas operações. Para mitigar os riscos de liquidez e a otimização do custo médio ponderado do capital, a Companhia e suas controladas e controladas em conjunto monitoram permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado e o cumprimento de índices (*covenants*) previstos em contratos de empréstimos, financiamento. Em determinadas circunstâncias são efetuadas operações de swap para evitar oscilações do custo financeiro das operações.

- **Instrumentos financeiros derivativos**

  A Companhia e suas controladas e controladas em conjunto têm por política efetuar operações com instrumentos financeiros derivativos com o objetivo de mitigar ou de eliminar riscos inerentes à sua operação, conforme descrito no item anterior.

  A Administração da Companhia e suas controladas e controladas em conjunto mantém monitoramento permanente sobre os instrumentos financeiros derivativos contratados por meio dos seus controles internos.

c. Saldos de ativos e passivos consolidados relativos a operações com derivativos

	Risco de câmbio		Risco de taxas de juros		
Descrição	***Hedge***	**Outros**	***Hedge***	**Outros**	**Total**
Passivo:					
Empréstimos e financiamentos	28.687	-	-	-	28.687

d. Valores estimados de mercado

Os valores justos foram estimados na data das demonstrações contábeis, baseados em "informações relevantes de mercado". Mudanças nas premissas e alterações nas operações do mercado financeiro podem afetar significativamente as estimativas apresentadas. Os métodos e premissas adotados pela Companhia e suas controladas e controladas em conjunto para estimar a divulgação do valor justo de seus derivativos em 31 de dezembro de 2008 estão descritos abaixo:

Swap de variação cambial e taxas de juros: Estimados com base nas cotações de mercado para contratos com condições similares. Estes contratos não prevêem pagamentos intermediários antes da data de vencimento. A Companhia e suas controladas e controladas em conjunto não tem por objetivo liquidar estes contratos antes de seu vencimento.

A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos estimados dos derivativos da Companhia e suas controladas e controladas em conjunto em 31 de dezembro de 2008. Nesses mesmos períodos os valores nominais em aberto expostos à variação da moeda norte-americana, bem como os respectivos valores justos, estão demonstrados a seguir:

	Valor de referência (nocional)	**Valor justo**	**Efeito acumulado**	
Descrição	**31/12/08**	**31/12/08**	**Valor a receber**	**Valor a pagar**
Contratos de "*swaps*"				
Posição ativa	29.603	28.687		
Moeda estrangeira: US$				
Índices :variação cambial + juros				
Taxas: 7,0% a.a. (pré-fixado)				
Posição passiva	29.603	29.836		1.149
Moeda estrangeira:US$				
Índices: variação do CDI				
Taxa:148,0% a.a. (pré-fixado)				

O valor a pagar líquido dos instrumentos financeiros derivativos demonstrando tem vencimento em até 30 dias.

e. Quadro demonstrativo da análise de sensibilidade - efeito na variação do valor justo

Esse risco decorre da possibilidade de perdas pela elevação nas taxas de câmbios que aumentem os saldos de passivos de empréstimos e financiamentos captados no mercado. As controladas que possuem empréstimos-pontes em moeda estrangeira, possuem *hedge* de moeda estrangeira correspondentes a 100% de seus endividamentos em 31 de dezembro de 2008. As demais controladas que possuem financiamentos de longo prazo vinculados a linhas de créditos em moeda estrangeira (cesta de moedas do BNDES), não possuem *hedge* para estas parcelas de financiamentos, face a representatividade dos saldos em moeda estrangeira serem inferiores a 20% do total de seus endividamentos.

Vide abaixo análise de sensibilidade do risco taxa de cambio, demonstrando os efeitos nos resultados de variação nos cenários:

Quadro demonstrativo da análise de sensibilidade - Risco da variação cambial

Operação	Risco	Cenário provável (I)	Cenário II	Cenário III
Ativos financeiros				
Derivativos				
Swap - Ponta ativa	USD	(479)	6.561	13.603
Passivos financeiros				
	USD	(479)	6.561	13.603
Empréstimos e financiamentos	Cesta de moedas	9.143	45.095	81.048
Referência para passivos financeiros	**Apreciação da taxa em**			
USD		2,495	3,119	3,745
Cesta de moedas (composta basicamente da variação do USD)		2,495	3,119	3,745

Quadro demonstrativo da análise de sensibilidade - Risco de elevação dos encargos financeiros

Esse risco decorre da possibilidade de perdas pela elevação nas taxas de juros ou outros indexadores de dívidas que aumentem os saldos dos empréstimos e financiamentos captados no mercado.

Consideramos que os saldos de nossos ativos financeiros (aplicações financeiras) não apresentam oscilações que afetem significativamente nossos resultados financeiros. Apresentamos abaixo análise de sensibilidade do risco de elevação dos encargos financeiros sobre nossos passivos financeiros (empréstimos e financiamentos), demonstrando os efeitos nos resultados de variação nos cenários:

Operação	**Risco**	**Cenário provável (I)**	**Cenário II**	**Cenário III**
Passivos financeiros				
	TJLP	50.072	61.985	74.712
Empréstimos e financiamentos	IGP-M	8.682	10.848	13.023
Derivativos				
Swap - Ponta passiva	CDI	210	257	303
Referência para passivos financeiros	**Apreciação da taxa em**			
TJLP		6,3%	7,8%	9,4%
IGP-M		9,4%	11,8%	14,1%
CDI		13,2%	16,5%	19,7%

21 Seguros

As Companhias e suas controladas e controladas em conjunto mantêm cobertura de seguros contra incêndio sobre os bens do ativo imobilizado, em montante considerado suficiente pela administração para cobrir eventuais riscos sobre seus ativos e/ou responsabilidades. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações financeiras, conseqüentemente não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

22 Benefícios a empregados

A Companhia e suas controladas e controladas em conjunto oferecem aos seus empregados benefícios que englobam basicamente: seguro de vida, assistência médica, vale transporte, vales refeições e plano de previdência privada, que oferece planos de complementação de aposentadoria. O plano de aposentadoria é de contribuição definida, sendo utilizado o regime financeiro de capitalização no cálculo atuarial das reservas.

23 Compromissos

Acordo de acionistas

Conforme Acordo de Acionistas, datado de 23 de julho de 2001, a Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A. e a Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A. se comprometiam a recomprar a totalidade das 88.000.000 e 18.000.000 ações preferenciais, respectivamente, de seu acionista Centrais Elétrica Brasileiras S.A. - Eletrobrás no prazo máximo de 10 anos após do 24° mês do início da operação comercial da linha de transmissão.

Atráves dos Intrumentos Particulares de Cessão de Direitos e Obrigações entre a Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A., Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A., e Guarupart Participações Ltda, incorporadora e sucessora da Companhia Técnica de Engenharia Elétrica, datados de 10 de abril de 2002 e 5 de dezembro de 2001, respectivamente, passou a obrigação de recompra das referidas ações para os acionistas.

Até 31 de dezembro 2008, já foram recompradas pela Companhia, 15.808.659 e 3.837.749 ações, respectivamente, no montante de R$ 26.378 e de R$ 6.432.

A partir de 26 de setembro de 2007, o compromisso de recompra das ações da Eletrobrás, passou a ser da Alupar Investimento S.A., uma vez que a Guarupart Participações Ltda transferiu suas participações acionárias na Empresa Amazonense de Transmisssão de Energia S.A. e na Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A. para a Alupar Investimento S.A., mediante aumento de capital conforme Ata de Assembléia Geral Extraordinária realizada naquela data.

Essas transações são reconhecidas nas demonstrações contábeis a medida que são efetivadas.

Contrato de compra e venda de ações com condição suspensiva

A Alupar e a Guarupart Participações Ltda firmaram em 28 de dezembro de 2007, um contrato de compra e venda de ações com condições suspensivas que se baseia nos seguintes aspectos:

- A Guarupart Participações Ltda (vendedora) é detentora de 6.324.000 ações ordinárias integralizadas, representando 51,0% do capital social da Transchile Charrua Transmisión S.A., sociedade válida e existente de acordo com as leis da República do Chile;

- A vendedora ainda fará novos aportes na Transchile até que a linha de transmissão entre em operação e, por sua vez, integralizará novas ações, que englobarão e farão parte do referido contrato de compra e venda;

- A vendedora deseja vender as ações para a Alupar (compradora), tão logo a Transchile entre em operação comercial, de acordo com os termos e condições estabelecidas no contrato;

- A transferência de ações está condicionada à aprovação do agente regulador da Transchile, qual seja, a Superintendência de Eletricidad y Combustibles (SEC) bem como de qualquer outro órgão com a competência na matéria e dos agentes financiadores do empreendimento; e

- O preço de compra das ações detidas pela vendedora, a ser pago pela Alupar, será o correspondente ao total do valor em Reais aportado como capital, corrigido pelo IGP-M/FGV *pro rata die*, desde a data de cada aporte, até a data do efetivo pagamento.

Opções de compra e venda de ações preferenciais das empresas Ijuí Energia S.A. e Foz do Rio Claro Energia S.A.

Em 5 de setembro de 2008, a Companhia celebrou com o Fundo de Investimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço ("FI-FGTS"), Acordo de Acionistas, o qual prevê o ingresso do FI-FGTS como acionista d Foz do Rio Claro Energia S.A. e Ijuí Energia S.A., o qual passará a deter 49,99% do capital social total de tais empresas. O ingresso do FI-FGTS será formalizado mediante realização de Assembléia Geral Extraordinária de Foz do Rio Claro Energia S.A. e Ijuí Energia S.A., deliberando acerca de aumento de capital, que ocorrerá através da emissão de ações preferenciais nominativas, sem valor nominal, a serem totalmente subscritas e integralizadas pelo Fundo de Investimento do Fundo de Garanti do Tempo de Serviço - FI-FGTS. O Acordo de Acionistas foi celebrado mediante condição suspensiva, haja vista que a operação está sujeita à prévia anuência dos agentes financiadores de tais empreendimentos, bem como da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) e do Comitê de Investimentos do FI-FGTS, para aprovação final do investimento.

Ainda em 5 de setembro de 2008, foram celebrados os instrumentos de opções de compra e de venda das ações preferenciais a serem detidas pelo FI-FGTS, cuja eficácia também está condicionada à prévia anuência dos agentes financiadores de tais empreendimentos, bem como da ANEEL - Agência Nacional de Energia Elétrica e do Comitê de Investimentos do FI-FGTS.

Em 23 de outubro de 2008, mediante Ofício nº 2.297/2008-SFF/ANEEL, a Agência aprovou as operações supra citadas, submetidas à sua apreciação.

Em 10 de novembro de 2008, mediante Carta nº 269 e 270/2008 - BNDES/AIE/DEENE, o BNDES aprovou as operações de aumentos de capital com a entrada do novo acionista FI-FGTS nas empresas Foz do Rio Claro Energia S.A. e Ijuí Energia S.A., respectivamente.

Em 9 de dezembro de 2008, mediante Assembléia Geral Extraordinária da Ijuí Energia S.A., foi deliberado o aumento de capital, com a emissão de 42.041.590 novas ações da classe preferencial, com direitos e vantagens previstos no Estatuto Social e que foram totalmente subscritas e integralizada pelo FI-FGTS.

Opções de compra e venda de ações preferenciais das empresasUsina Paulista Queluz de Energia S.A. e Usina Paulista Lavrinhas de Energia S.A.

Em 19 de setembro de 2008, foi aprovado em reunião do Conselho de Administração da Alupar, o ingresso do Fundo de Investimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FI-FGTS), como acionista preferencialista detentor de 49,99% (quarenta e nove vírgula noventa e nove por cento) do capital social total das empresas Usina Paulista Lavrinhas de Energia S.A e Usina Paulista Queluz de Energia S.A.

Os Acordos de Acionistas e os Instrumentos de Opções de Compra e Venda das ações preferenciais a serem detidas pelo FI-FGTS nas empresas Queluz e Lavrinhas, foram assinados em 2 de outubro de 2008.

A eficácia dos Intrumentos de Compra e Venda das Ações e dos Acordos de Acionistas estarão condicionadas à prévia anuência do Comitê de Investimentos do FI-FGTS, para aprovação final dos investimentos e à assinaturas de contratos de financiamentos com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

Em 16 de dezembro de 2008, mediante Assembléia Geral Extraordinária Usina Paulista Queluz de Energia S.A., foi deliberado o aumento de capital, com a emissão de 22.586.549 novas ações da classe preferencial, com direitos e vantagens previstos no Estatuto Social e que foram totalmente subscritas e integralizada pelo FI-FGTS.

Em 16 de dezembro de 2008, mediante Assembléia Geral Extraordinária Usina Paulista Lavrinhas de Energia S.A., foi deliberado o aumento de capital, com a emissão de 21.904.181 novas ações da classe preferencial, com direitos e vantagens previstos no Estatuto Social e que foram totalmente subscritas e integralizada pelo FI-FGTS.

24 Eventos subsequentes

Em 23 de janeiro de 2009, através de Ata de Assembléia Geral Extraordinária houve a aprovação do aumento de capital na controlada Foz do Rio Claro Energia S.A., com a emissão de 40.991.800 novas ações da classe preferencial, a serem subscritas e integralizadas pelo Fundo de Investimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FI-FGTS), pelo valor de R$ 41 milhões.

* * *

Conselho de Administração

José Lázaro Alves Rodrigues
Ana Helena Godoy Pereira de Almeida Pires
José Luiz de Godoy Pereira
Paulo Roberto de Godoy
Guilherme Martins de Godoy
Alexandre Gonçalves Silva
Fernando Xavier Ferreira

Silvana Conceição Oliveira dos Santos
Contadora CRC PE 113628- "S"-SP